



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

LUCAS ANTONIO FRANCESCHI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA DE
CHAPECÓ, ENTRE 1965 A 1992**

**CHAPECÓ, SC
2023**

LUCAS ANTONIO FRANCESCHI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA DE
CHAPECÓ, ENTRE 1965 A 1992**

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador Prof. Dr. José Carlos Radin.

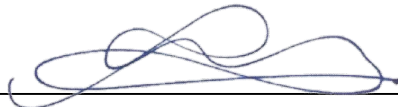
CHAPECÓ, SC
2023

LUCAS ANTONIO FRANCESCHI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA DE
CHAPECÓ, ENTRE 1965 A 1992**

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em março de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS

Presidente da banca/orientador



Profª. Dr. Samira Peruchi Moretto -

UFFS Membro titular interno



Prof. Dr. Marcos Gerhardt –

UPF Membro titular externo

Chapecó – SC, Março de 2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Franceschi, Lucas Antonio
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA
URBANA DE CHAPECÓ, ENTRE 1965 A 1992 / Lucas Antonio
Franceschi. -- 2023.
108 f.

Orientador: Doutor José Carlos Radin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2023.

1. História Ambiental. 2. Arborização. 3. Políticas
Públicas. I. Radin, José Carlos, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram na elaboração deste trabalho, bem como, a todos que contribuíram com a minha formação acadêmica.

Dedico a alegria e a oportunidade de conquistar o título de mestre aos meus pais, Antonio e Jurema, que sempre me incentivaram e apoiaram minhas escolhas, muito obrigado.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela oportunidade e facilitação do acesso à educação de qualidade para alunos provindos do ensino público, ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e a todos os docentes e corpo técnico pela disposição e dedicação.

Ao meu orientador, professor José Carlos Radin, que me incentivou na minha jornada acadêmica, principalmente nos momentos finais, me apoiando e dedicando seu tempo e atenção.

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa, Marcos Gerhardt (UPF) e Samira P. Moretto (UFFS), pelos valiosos apontamentos e sugestões na elaboração da pesquisa.

À professora Samira, que fez o convite para este desafio que foi o mestrado, de forma remota, e que nunca mediu esforços para facilitar e melhorar nossa formação como coordenadora do curso.

Aos compadres pelo apoio nos momentos de descontração e encontros durante os intervalos de estudos e escrita da dissertação. E ao Luiz Fernando, Francimar, e muitos outros amigos pelos conselhos e apontamentos durante o processo de estudos e dedicação à escrita.

Em especial à minha esposa Emanuelle Anchau, a minha sogra Sandra e aos meus filhos João Lucas e Luiza, que por vezes queriam participar das aulas on-line, e que sempre estiveram ao meu lado e me deram suporte nos dias em que tive que ficar longe deles para dedicação à escrita da dissertação.

A todos os meus colegas da turma 2020.2, que compartilharam momentos e conhecimentos, mesmo que de forma remota. Muito obrigado.

A todos os educadores e pesquisadores brasileiros, que em um período de tantas incertezas, com tamanho desmonte que está acontecendo na educação, conseguem se manter firmes e ativos, mesmo com o gigantesco

corte de verbas e autonomia profissional. Que a educação pública, gratuita e de qualidade alcance a porta de todos.

A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.

Eduardo Galeano

RESUMO

O município de Chapecó está inserido no contexto de ocupação dos espaços, sobretudo, a partir do início do século XX com a intensificação da colonização na região, e a gradativa intervenção dos seres humanos na natureza, alterando e desconfigurando a paisagem florestal. O presente trabalho trata das políticas públicas de plantio e de replantio de árvores na cidade de Chapecó, Santa Catarina, durante os anos de 1965 e 1992. O marco temporal inicial deriva da criação do código florestal de 1965 e a criação da Floresta Nacional de Chapecó - FLONA e finaliza em 1992, quatro anos após a criação da constituição de 1988, e o ano da Eco 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Brasil. O trabalho identifica as medidas tomadas pelos governantes durante esse período para plantar e replantar as árvores na área urbana do município, entre elas, a unidade de conservação, os parques municipais e o plano de arborização da área urbana de Chapecó. Propõe uma análise de como foi realizada a arborização das ruas, praças e parques da cidade através de periódicos jornalísticos que foram publicados entre os anos de 1965 e 1992, e leis e decretos que foram promulgados com objetivo de criação e conservação dos espaços públicos arborizados. Através da análise das fontes jornalísticas e legislação municipal evidenciam-se as políticas municipais para criar espaços e ações para plantar árvores na área urbana de Chapecó.

Palavras-chave: História Ambiental; Arborização; Políticas Públicas;

ABSTRACT

The municipality of Chapecó is inserted in the context of occupation of spaces, especially from the beginning of the 20th century, with the intensification of colonization in the region, and the gradual intervention of human beings in nature, altering and distorting the forest landscape. This research deals with the public policies for planting and replanting trees in the city of Chapecó, Santa Catarina, between the years 1965 and 1992. The initial time frame derives from the creation of the forest code in 1965, and the creation of the Chapecó National Forest – FLONA, and ends in 1992, four years after the creation of the Brazilian Constitution of 1988, and the year of Eco 92, the United Nations Conference on Environment and Development held in Brazil. The research identifies the measures taken by the rulers during this period to plant and replant trees in the urban area of the municipality, among them, the conservation unit, municipal parks and afforestation plan in the urban area of Chapecó. It proposes an analysis of how the afforestation of the streets, squares and parks of the city was carried out through journalistic periodicals that were published between the years 1965 and 1992, and laws and decrees that were enacted with the aim of creating and conserving wooded public spaces. Through the analysis of journalistic sources and municipal legislation, municipal policies to create spaces and actions to plant trees in the urban area of Chapecó are highlighted.

Key-words: Environmental History; Afforestation; Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Chapecó e seus limites	21
Figura 2: Mapa do Bioma Mata Atlântica no Brasil.....	28
Figura 3: Regiões Fitoecológicas de Santa Catarina	31
Figura 4: Localização dos caminhos abertos no Brasil Meridional, em destaque o Caminho das Tropas.	37
Figura 5: Planta com registro da construção da “Brazil Railway Company” em território contestado, 1908.....	43
Figura 6: Vista parcial de balsa de madeira percorrendo o Rio Uruguai rumo a Argentina, s/d	49
Figura 7: Junta de bois e muares na condução da madeira (1)	51
Figura 8: Junta de bois e muares na condução da madeira (2)	51
Figura 9: Vista de serraria na região de Chapecó	53
Figura 10: Aproveitamento da madeira para construção de casas dos colonos	54
Figura 11: Transporte de madeira realizada por caminhão	57
Figura 12: Localização da Flona Chapecó, Gleba 1, 2 e 3.....	67
Figura 13: Vista de parte da capa do jornal Diário da Manhã	71
Figura 14: Localização dos parques na área urbana de Chapecó	76
Figura 15: Vista parcial das palmeiras na área do Parque das Palmeiras, s/d.	77
Figura 16: Vista parcial do parque Índio Condá e Complexo esportivo Milton Sander, 2019.....	78
Figura 17: Vista parcial do Parque Angelo Sartori.....	80
Figura 18: Encarte do jornal Diário da Manhã publicada nos ano de 1980 e 1982	81
Figura 19: Vista parcial da São Cristóvão	82
Figura 20: Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas em Chapecó-SC na década de 1950.	87
Figura 21: Vista de funcionário realizando a conservação (poda) em árvores localizadas no canteiro central de rua na cidade de Chapecó	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estratos da Floresta.....	33
--------------------------------------	----

LISTAS DE SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACIC	Associação Comercial e Industrial Chapecó
AEIA	Área Especial de Interesse Ambiental
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
COVID 19	Coronavírus 2019
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FED	Floresta Estacional Decidual
FESD	Floresta Estacional Semi Decidual
FOD	Floresta Ombrófila Densa
FOM	Floresta Ombrófila Mista
FLONA	Floresta Nacional de Chapecó
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBDF	Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INM	Instituto Nacional do Mate
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INP	Instituto Nacional do Pinho
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SEDEMA	Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SC	Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECO	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO OESTE DE SANTA CATARINA.....	25
1.1. A interação humana nas florestas:	26
1.2. Ocupação humana no Oeste de Santa Catarina:	34
1.3. Colonização da região de Chapecó:	42
2. EXPLORAÇÃO DAS FLORESTAS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	47
2.1. Exploração e o transporte fluvial da madeira	47
2.1. Conservação das florestas e os Códigos florestais:	57
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARBORIZAÇÃO NA ÁREA URBANA DE CHAPECÓ	66
3.1. Criação da Unidade de Conservação de Chapecó:	66
3.2. Criação dos parques urbanos de Chapecó:	73
3.3. Plano de arborização da cidade de Chapecó:	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	100

INTRODUÇÃO

Toda narrativa histórica é fruto da visão do historiador e do seu tempo ao observar as fontes documentais e os fatos que aconteceram. Neste trabalho, pretende-se observar as mudanças na área urbana de Chapecó a partir de 1965, através da legislação ambiental implementada e da criação de reservas, parques e arborização até o ano 1992. Esse recorte foi escolhido para remontar as medidas adotadas a partir da aprovação do Código Florestal em 1965 e para analisar a ampliação, ou não, após a definição da Constituição Federal de 1988.

Assim, a presente pesquisa analisa as políticas públicas municipais voltadas para o plantio de árvores nativas e exóticas na área urbana de Chapecó, no sentido de recuperar a arborização nos espaços que foram devastados com o avanço do processo de urbanização.

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” do mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, que investiga, dentre outros temas, a interação do ser humano no meio ambiente e a influência desta nas sociedades contemporâneas.

Em minha trajetória como pesquisador, conheci e pesquisei sobre alguns dos biomas brasileiros, e percebi o quanto os seres humanos estão interferindo no meio natural, desde a ocupação na pré-história, era geológica conhecida como Holoceno, até os dias atuais. Uma das preocupações é o fim das florestas, e o desaparecimento das espécies que já foram abundantes no bioma de Mata Atlântica. Nesse sentido, um questionamento me persegue desde então: quais foram as políticas dos órgãos públicos para preservar o meio ambiente para gerações futuras?

O desmatamento e as alterações feitas pelos seres humanos na natureza, sempre foram preocupação de muitas pesquisas e pesquisadores, voltados principalmente para as abordagens como as causas e consequências, buscando verificar se essas alterações são permanentes ou podem ser revertidas com o passar do tempo.

Esta pesquisa parte do problema gerado pelo desmatamento desenfreado nos primeiros anos de colonização europeia na região de Chapecó. Essa devastação diminuiu profundamente o recurso madeireiro, e a ideia do replantio de árvores a partir das políticas públicas, pretendendo mostrar uma história de como as árvores voltaram ao cenário urbano. Os resultados alcançados são fruto de um olhar sobre a legislação brasileira e fontes primárias disponíveis em acervos localizados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, e os periódicos analisados que circularam entre os anos de 1965 e 1992.

A pesquisa demonstra fundamental importância para a historiografia regional e nacional, pois o tema central aborda uma questão primordial: para onde foi nossa floresta que por muitos anos foi explorada indiscriminadamente? Partindo das medidas governamentais que fizeram plantio das árvores, e quando se pensou, a princípio com fins econômicos. Por isso a intenção da pesquisa é analisar os momentos de como foi procedido pelos órgãos públicos para mitigar a devastação das árvores, e replantá-las nos espaços tomados pela urbanização.

A pesquisa se relaciona com o campo da História que é a História Ambiental, criada nos Estados Unidos por volta da década de 1970, como alternativa metodológica e campo de estudo da História, com estudos voltados para a investigação da natureza e seus fenômenos naturais e por influência dos seres humanos. Em seus primeiros estudos, os estudiosos da História Ambiental, discutiam o modelo de vida americano, natureza e conceitos como de fronteiras, além da corrida para o oeste, principalmente as fronteiras naturais a serem transpostas.

Segundo o pesquisador José Augusto Pádua, a história ambiental é uma investigação aberta e não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, a partir de uma abordagem da História Ambiental, analisou-se no tempo e espaço a relação dos seres humanos e meio ambiente, de acordo com o pesquisador David Harvey:

O domínio das redes e espaços de mercado permanece sendo um alvo corporativo fundamental, e muitas batalhas amargas por uma parcela de mercado são lutadas com a precisão de uma campanha militar para ocupar território e espaço. A informação geográfica precisa (incluindo a informação privilegiada sobre tudo, do desenvolvimento político à produção agrícola prevista ou às lutas trabalhistas) se torna uma mercadoria vital nessas batalhas (HARVEY, 1992, p. 213).

Assim, o autor aprofunda nossa compreensão de como somos afetados pelo mercado corporativo, na medida que interfere no ambiente natural com a intenção de modificá-lo para fins comerciais, financeiros e, nesse caso, exploratórios. Fica claro que a história do homem no mundo é uma história de adaptação e mudança do meio ambiente, seja ela proposital ou por consequências fora de seu controle. Assim, esse processo se concretiza e o homem consegue o domínio do meio natural, tornando a natureza sua subordinada, como nos diz Milton Santos (1992) sobre a história humana ser também a história da natureza:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A Natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da Natureza. Agora, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1992, p. 96-97).

Segundo Santos, o domínio do meio natural faz com que possamos observar na natureza um meio para um fim, que ela está para nosso uso, e ao modificar esse meio natural, também transformamos em um meio cultural, e assim sendo alvo da História Ambiental.

Porém a história ambiental já superou essa dinâmica apontada por Milton Santos (1992) e outros pesquisadores dedicaram-se a apontar outras possibilidades da História Ambiental, dentre eles destacam-se José Augusto Drummond e José Augusto Pádua.

Segundo Pádua, o historiador ambiental abre um diálogo com as Ciências Biológicas, Geologia, Arqueologia, dentre outras disciplinas,

investigando e debatendo questões políticas, sociais e culturais em suas obras, para compreensão da natureza e seu impacto na vida do cotidiano.

Conforme Pádua (2010), estamos vivendo o período histórico de maior intervenção humana no meio natural. E esses fenômenos são fontes de estudo para os historiadores. Conforme o Autor:

A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a American Society for Environmental History, foi criada em 1977. A publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX (PÁDUA, 2010, p. 81).

Ainda que por influência de movimentos ambientalistas, há um crescente número de historiadores que se debruçam sobre a História Ambiental. Pádua diz que “De toda forma, é bastante evidente que o debate público vem desafiando os historiadores ambientais, de forma direta ou indireta, mesmo quando aparentemente negado” (Pádua, 2010, p. 81). Pádua reforça considerações de outros historiadores como Worster, dizendo que “A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, [...] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos” (PÁDUA, 2010, p. 97), ou seja, os seres humanos interagem com o meio natural e assim produziram uma paisagem social.

Donald Worster (2003), historiador, afirma que existe uma dificuldade de diferenciar a natureza de cultura, pois

“[...] à medida que a vontade humana crescentemente deixa sua marca sobre as florestas, cadeias genéticas e mesmo oceanos, não há uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural” (WORSTER, 2003, p. 25).

O que requer por parte do historiador, cuidado e atenção em interpretar o meio natural, uma vez que atualmente a maioria dos lugares já teve contato com o homem de maneira intencional ou não.

É importante pontuar aqui que a pesquisa sobre o plantio de árvores busca mostrar as ações humanas para recompor o que foi devastado, ou mesmo obter lucros com uso das plantas reflorestadas, através do aproveitamento da madeira. A intenção aqui é mostrar quais as medidas tomadas pelo poder público em refazer a floresta, ou mesmo preservar as espécies para o futuro. Mas nem sempre o reflorestamento tem o sentido de replantar as árvores onde antes foi derrubada a floresta, conforme a pesquisadora Samira Peruchi Moretto (2010) afirma:

Inicialmente quando se fala em reflorestar, há uma conotação positiva ligada a tal palavra, já que reflorestar deveria significar na íntegra: “florestar novamente”. Mas nem sempre o reflorestamento é feito em áreas onde antes havia floresta, ou mesmo é feito com espécies nativas, o que leva a repensar a importância de tal ato. (MORETTO, 2010, p. 17)

Nesse sentido, é importante aprofundar a nossa compreensão de como os seres humanos têm sido afetados pelo ambiente natural através da análise de 3 níveis. O primeiro trata dos aspectos orgânicos e inorgânicos do meio, isto é, observar as transformações do meio biofísico, que neste caso são as árvores que foram replantadas no espaço urbano de Chapecó e as medidas tomadas para remontar esse aspecto florestal.

O segundo nível observa os diversos modos com que os povos utilizaram os recursos naturais e os modos de produção dos usos da natureza. E por fim, o terceiro nível, busca olhar para as percepções, mitos e valores estéticos que os indivíduos e sociedade estabeleceram na natureza, abordando o tema através das fontes jornalísticas apresentadas, e no caso deste trabalho apresentar ações das administrações municipais em conservar e plantar novos indivíduos arbóreos na área urbana de Chapecó.

José Augusto Drummond (1991, p. 194) aponta que existem diferentes maneiras de influência humana nas paisagens, por exemplo: meio urbano, meio rural e lugares intocados ou com influência humana quase que invisível. O que veremos nesse caso, são as modificações dos seres humanos no sentido de reparar a floresta devastada.

O historiador Warren Dean (1996), teve como foco de pesquisa o Brasil, fala sobre as modificações do ecossistema, plantas e animais, e a reorganização da paisagem no país pela influência de uma economia mundial vigente. Em sua obra *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica* (1996), faz uma abordagem tendo a floresta como foco principal de seu estudo. É uma obra pioneira para a História Ambiental ao tratar da degradação da mata atlântica, desde antes da chegada dos portugueses, até a mineração, dentre outros motivos que ele aponta para o desaparecimento desse bioma.

Segundo o autor aponta, a interação de diferentes grupos, como indígenas, caboclos, fazendeiros, mineradores, agricultores buscam a exploração da floresta para fins de subsistência e econômicos, e acabam, por fim, destruindo-a em benefício da construção de uma sociedade. Ele coloca que o desenvolvimento não pode acontecer em função da destruição da floresta.

A ocupação da floresta por grupos humanos aconteceu há aproximadamente 13 mil anos, porém a interação desses grupos, que eram caçadores coletores, não interferiu radicalmente na composição da mata, uma vez que eram grupos nômades, e tinham práticas como a caça e a coleta, que interferiam pontualmente na natureza (DEAN, 1996, p.61).

O período que mais se interferiu na destruição das matas é quando a prática da agricultura se torna mais frequente, demandando novas áreas de terras. No caso de Chapecó, foi concomitante às derrubadas das matas para venda da madeira, por isso propomos uma História Ambiental da floresta, não somente pelo viés econômico.

Para nortear esta pesquisa foram consultados outros trabalhos, que são referência no estudo da História Ambiental, e que abordam o mesmo bioma da Mata Atlântica, como a dissertação de Samira Peruchi Moretto, *Remontando a floresta*; a tese de Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, *Uma grande empresa em meio à floresta*; a tese de Marcos Gerhardt, *História Ambiental da Erva Mate*; a tese de Marlon Brandt, *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Também se faz mister ressaltar o trabalho da pesquisadora Eunice Nodari, que possui importantes pesquisas na

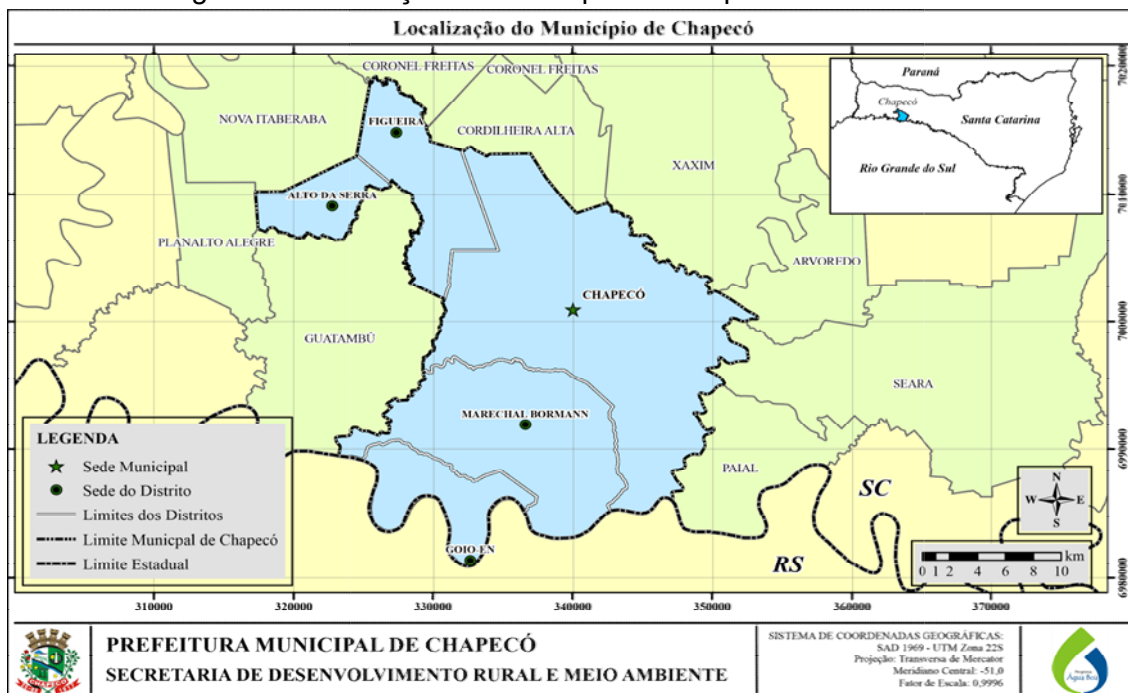
área de História Ambiental, fundamental para entender os contextos socioambientais do estado de Santa Catarina.

O tema já foi abordado por pesquisadores como Salini (2018) na dissertação de mestrado com o título *Colonização e Meio Ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)*, que versa sobre a exploração da madeira nesse período e a transformação da paisagem. Tema esse que também foi abordado por Samira Moretto e Michely Cristina Ribeiro no artigo *Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó*, que faz um diálogo sobre a conservação da floresta a partir da criação dos parques florestais como reservas de madeira para exploração.

Outra obra usada é o livro *Chapecó 100 anos: Histórias plurais*, publicado em 2018, dos pesquisadores Mirian Carbonera, André Luiz Onghero, Arlene Renk e Ademir Miguel Salini, apresentam no capítulo *Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó*, uma abordagem sobre os remanescentes de paisagens naturais. Segundo os autores, a maioria dos espaços naturais da cidade tem predominância de plantas exóticas, como o eucalipto.

A área de estudo é o espaço urbano do município de Chapecó, localizada no Oeste do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil. A região está inserida no domínio morfoclimático (AB'SABER Apud SILVA, 2012, p. 256) de Planalto Subtropical com Araucária, com Bioma Mata Atlântica, recoberto em sua maioria por Floresta Ombrófila Mista, e próximo ao rio Uruguai, ao sul, por margeada Floresta Estacional Decidual. O município foi fundado em 1917, apresenta população estimada de 224.013 mil habitantes (IBGE, 2020) e atualmente possui uma área de 624,846 km² (IBGE,2020).

Figura 1: Localização do município de Chapecó e seus limites



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA (2015)

Desde a fundação de Chapecó, os limites municipais sofreram várias modificações, alterando sua área até a configuração atual. Alguns municípios tiveram sua emancipação política anterior ao recorte temporal abordado por essa pesquisa, e alguns no decorrer do período abordado, como Coronel Freitas e Quilombo, em 1961, Caxambu do Sul e Águas de Chapecó, em 1962, Nova Itaberaba e Guatambú, em 1991, esta última onde está localizada parte da Floresta Nacional de Chapecó - FLONA. Também teve sua emancipação em 1992, o município de Cordilheira Alta, porém não houve modificação do espaço urbano da sede do município de Chapecó.¹

Um dos modelos de plantio e replantio de árvores adotado como reserva florestal implantado em Chapecó, a nível federal como é o caso da FLONA, será analisado como um exemplo de modelo de replantio de árvores

¹ Jornal diário do Iguçu, publicado em 25 de agosto de 2022. Disponível no site: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/2022-08-25-chapeco-105-anos-a-cidade-que-deu-origem-ao-oeste-catarinense#:~:text=Surgem%20mais%20munic%C3%ADpios&text=J%C3%A1%20em%201962%2C%20foi%20desmembrado,distrito%20de%20Alto%20da%20Serra>. Acesso em 15 abr 2023.

nativas e exóticas adotados pelo Estado, visto aqui no âmbito estadual e municipal, e sua função de distribuição de mudas para replantio de árvores.

Em outro nível, será analisada a conservação dos parques e planos de arborização adotados na cidade de Chapecó, quais foram as árvores escolhidas para plantar nas praças, parques e ruas.

Para isso, vamos analisar as fontes documentais disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, onde em suas notícias foi encontraram-se relatos sobre as medidas adotadas para replantar as árvores, e assim observar quais e quando foram essas medidas. No que diz respeito às fontes, a História Ambiental prevê que as fontes documentais usadas, abordadas e apontadas pelo historiador, tem uma vasta variedade que, segundo Drummond (1991), permite:

(...) o estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente. Podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas (DRUMMOND, 1991, p. 183).

A quantidade de documentos que podem ser usados no viés da História Ambiental, ajuda na análise por parte do historiador na construção de uma narrativa, na medida em que oferecem outros pontos de vista abordados por outras ciências, assim fortalecendo uma proposta interdisciplinar.

Os documentos disponíveis no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina se encontram em parte digital e outros em suporte de papel. As cópias digitais referem-se aos anos de 1960 até 1979, já para as décadas de 1980 até 1999, estão disponíveis cópias físicas, que até o ano de 2018 estavam no acervo da biblioteca municipal, e agora estão sob guarda do centro de memória.

Devido a pandemia de COVID 19, entre os anos de 2020 e 2021, não foi possível visitar arquivos, porém a pesquisa deu-se com uso de outras ferramentas, pesquisando em arquivos no formato de extensão PDF. Já para os documentos em suporte de papel, foram necessárias visitas para pesquisa nos jornais que estão agrupados, encadernados divididos por meses e anos. Cabe ressaltar que nem todos os anos estão disponíveis para a pesquisa, pois

muitos deles possuem lacunas, isto é, jornais que não foram juntados ao acervo ou não fazem parte do acervo. Essas informações, ou a falta delas, também gera questionamentos que serão analisados na pesquisa, além da frequência de notícias sobre o tema nos meses dos anos em questão.

Durante a análise das fontes o historiador deverá focalizar no destaque, ou não, dado a referida notícia do jornal. Conforme Tânia Regina de Luca coloca (2008, p. 12) “[...] se foi na capa, em alguma seção específica, bem como se a notícia teve ou não continuação em outras edições e como se deu essa continuidade”. Esse procedimento faz parte da crítica para o melhor entendimento da fonte, também sugerida por Chartier, para fazer uma leitura:

(...) das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com seus contemporâneos. (CHARTIER, 2009, p. 18)

Para isso, o historiador deve ter presente a ideia de que a imprensa traz ao público o que leva em consideração importante. Para Luca (2008), o profissional precisa partir do princípio de que a imprensa seleciona, organiza e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.

Esta dissertação é composta de três capítulos, sendo o primeiro tem por objetivo apresentar a ocupação humana no oeste de Santa Catarina, sobretudo no município de Chapecó, abordando a interação do ser humano com as florestas. O capítulo aborda a composição da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, que fazem parte do Bioma Mata Atlântica brasileira. Ainda nesse capítulo, busca-se nesta parte dissertar sobre o processo de ocupação e migração dos diferentes povos para o município de Chapecó, indígenas e não indígenas, com revisão bibliográfica no que se refere a colonização do município.

No segundo capítulo, busca-se uma análise do contexto de exploração e o comércio madeireiro no município de Chapecó e a legislação ambiental federal, juntamente com as medidas adotadas na cidade para replantar as árvores em vista do código florestal de 1934, e as mudanças que ocorreram

com o código florestal de 1965, e por fim nos moldes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Finalmente, no terceiro capítulo apresenta-se uma análise da criação e manutenção dos parques municipais como medida de assegurar o contingente arbóreo do meio urbano e sua função social para a cidade de Chapecó, bem como as medidas adotadas para o plantio de árvores através do plano de arborização num diálogo com a legislação ambiental posterior à Constituição de 1988, visando observar como se deu a cobertura florestal da área urbana da cidade.

1. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO OESTE DE SANTA CATARINA

O texto aborda a composição da floresta e interação dos seres humanos que ocuparam o território que hoje é o sul do Brasil, especificamente o estado de Santa Catarina e a cidade de Chapecó.

A ocupação humana iniciou-se há aproximadamente 10 mil anos (CARBONERA, 2018), e desde então adaptou-se e foi mudando a floresta para seu uso, manejando-a, bem como, produzindo produtos agrícolas, para fins de subsistência, criando assim o que os arqueólogos hoje chamam de sítios arqueológicos pré-coloniais.

A floresta também mudou nos últimos milhares de anos, passando por eras mais frias e períodos em que a temperatura estabilizou (Holoceno - Trata-se de uma nova fase geológica provocada por um processo de degelo do planeta. Esta fase ocorreu há 12 mil anos e representou o início de uma nova era climática), fazendo com que também ela pudesse modelar-se e proliferar no que os primeiros humanos encontraram².

O território de Chapecó, que pertence ao estado de Santa Catarina, faz parte do bioma Mata Atlântica, com predominância da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, que tem suas características próprias. A primeira em áreas de planalto e a segunda em áreas de encostas, principalmente no vale do Rio Uruguai.

O vale do Rio Uruguai talvez tenha sido o primeiro espaço a ser ocupado pelos primeiros grupos humanos, como fonte de alimentação (pesca) e também como uma via de transporte para levar a madeira exportada para a Argentina séculos depois.

Com o processo de colonização, a exploração da madeira na região se mostrou uma fonte de renda e também um meio para “limpar” a terra, e deixar livre de árvores favorecendo a agricultura, que com a chegada de imigrantes europeus no século XIX e XX, impulsionou seu desenvolvimento.

A colonização nas primeiras décadas do século XIX foi intensa, sobretudo na região Oeste de Santa Catarina, e utilizou os recursos naturais da

² Informação retirada do site <https://conceitos.com/holoceno/> . Acesso em 15 jan 2023.

região para ocupar os espaços, derrubando árvores e as utilizando para venda e como recurso para construção das edificações no campo e na cidade.

1.1. A interação humana nas florestas:

As atividades humanas se transformaram, e ainda estão transformando a sociedade, e com isso o meio natural, no Brasil e no mundo. Desde as primeiras ocupações humanas no Brasil, nota-se que o uso dos recursos naturais foi necessário para a manutenção da vida dessas populações, nos diferentes espaços que ocuparam, desde a Mata Atlântica, que já foi abundante no litoral brasileiro, até ao Cerrado, bioma que segundo Altair Sales Barbosa, é o mais antigo do país.

O Brasil é um país que é fruto da destruição dos ecossistemas nacionais, já que é o quinto maior país em extensão territorial, segundo o site oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), chegando a ocupar 1,7% da superfície da Terra e 47,3% da América do Sul. Porém, o ambiente apresentado hoje não é o mesmo do período da chegada dos portugueses (europeus) em 1500, pois é de conhecimento que a natureza sofre modificações, tanto pelo tempo quanto pela ação do homem. Conforme explica Benjamin,

(...) tirante catástrofes naturais infrequentes, é a ação humana a que maiores e mais generalizados impactos traz, modificando por inteiro a face do planeta, alterando o meio físico e químico, extirpando e transformando ecossistemas inteiros, apagando espécies e florestas, poluindo o ar, o solo e as águas com substâncias tóxicas e perigosas". (BENJAMIN, 1999, p. 49)

Nota-se pela afirmação acima, que os seres humanos são um dos causadores de mudanças no meio ambiente e, com o aumento populacional, a demanda por novas terras foi necessária. Os grupos humanos viveram diferentes períodos migratórios pelo planeta, e um deles trouxe os portugueses até o Brasil, durante as navegações e contato entre americanos e europeus,

isso fez com que também demandaram derrubadas de florestas e uso como recurso para ferramentas, construções, dentre outras.

As florestas no sul do Brasil, tiveram mudanças cruciais ao longo dos últimos 7 mil anos com o fim da era do gelo, que ocorreu há aproximadamente 10 mil anos, a estabilização das temperaturas no planeta. Esse período é denominado pelos arqueólogos e geólogos como Holoceno, onde o clima é caracterizado como quente e úmido, dando fim ao clima seco e frio, o que possibilitou a expansão das florestas nessa região, tendo seu apogeu há aproximadamente 8 mil anos antes do presente. Foi nesse período que os ecossistemas puderam expandir no que eles são hoje.

Esse ecossistema predominante no sul do país é definido por Ab'Saber como domínio morfológico e fitogeográfico de planaltos sul-brasileiros de regiões temperadas, onde o solo é caracterizado de derramamento basáltico, e a floresta constitui-se de um manto de araucárias, abrangendo os estados da região Sul, sendo predominante em Santa Catarina e Paraná, e também a porção norte e nordeste da paisagem do Rio Grande do Sul.

Outra definição para o ecossistema da região que podemos usar é do IBGE (2021), classificação como Bioma Mata Atlântica:

Um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria (IBGE, 2021).

Na região Sul do país ainda podemos observar que as florestas apresentam duas composições de Mata Atlântica, uma composta por florestas com araucárias, chamada de Floresta Ombrófila Mista predominante em áreas de relevo de planalto, e outra de Floresta Estacional Decidual, predominante em área de declividades, serras e margens de rios, como podemos observar na figura 2. Embora a imagem apresente uma área completa de porções florestais, considerando a abrangência das mesmas e desconsiderando o desmatamento que ocorreu ao longo dos anos.

dados do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, de 2009³. Já na área apontada pelo mapa em cor cinza, podemos observar onde existiu o bioma de Mata Atlântica quando na chegada dos portugueses no Brasil, e podemos observar uma proporção de Mata Atlântica era muito mais elevada, Conforme Campanelli e Scheffer (2010, p. 4):

(...) a Mata Atlântica cobria aproximadamente 15% do território brasileiro, área equivalente a 1.296.446 km². Sua região de ocorrência original abrangia integralmente ou parcialmente atuais 17 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Essa proporção foi diminuindo gradativamente com o passar do tempo, sobretudo pela ocupação dos espaços por exploradores e colonizadores, principalmente na região Sul do Brasil e no estado de Santa Catarina não foi diferente, conforme o mapa da figura 2, onde aponta que a maioria da população do estado não está na capital, e, portanto no interior, como na cidade de Chapecó e na medida em que os colonizadores iam se instalando nas regiões, seguia-se da derrubada gradativa da floresta.

Dentre os pesquisadores que estudam a ação humana na Mata Atlântica brasileira, durante o período histórico, podemos destacar Dean (1996) que aponta uma série de devastações causadas pela ocupação das florestas. Porém, para a região estudada, não traz grandes conclusões precisas, como aponta Carvalho (2010) sobre o trabalho de Dean,

Na prática, o trabalho desse autor se concentrou na Mata Atlântica contida no Sudeste principalmente (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) e também no Norte do Paraná (a zona cafeeira desse Estado) e Sul da Bahia. Analisando de outra maneira, o trabalho se concentrou nas sub-regiões Serra do Mar, Florestas do Interior e Bahia (parte sul). Mas o mais problemático da afirmação do

³ Disponível em https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-Mata-Atlantica-no-Brasil-e-no-mundo-Limite-de-acordo-com-o-Mapa_fig1_297732036. Acesso em 15 mar 2023.

autor é que essa região central da Mata Atlântica pode ser estudada como se fosse o todo (CARVALHO, 2010, p. 67).

A crítica de Carvalho refere-se ao fato de que no Sul tiveram práticas diferentes que no restante do país, e também, o processo exploratório começou mais tardiamente, a partir do século XIX. Foi caracterizado pela pequena propriedade, exploração exaustiva da araucária, diferentemente das regiões centrais do Brasil e seus processos colonizatórios baseados na economia de exploração das grandes plantações, mineração de ouro e plantio de café.

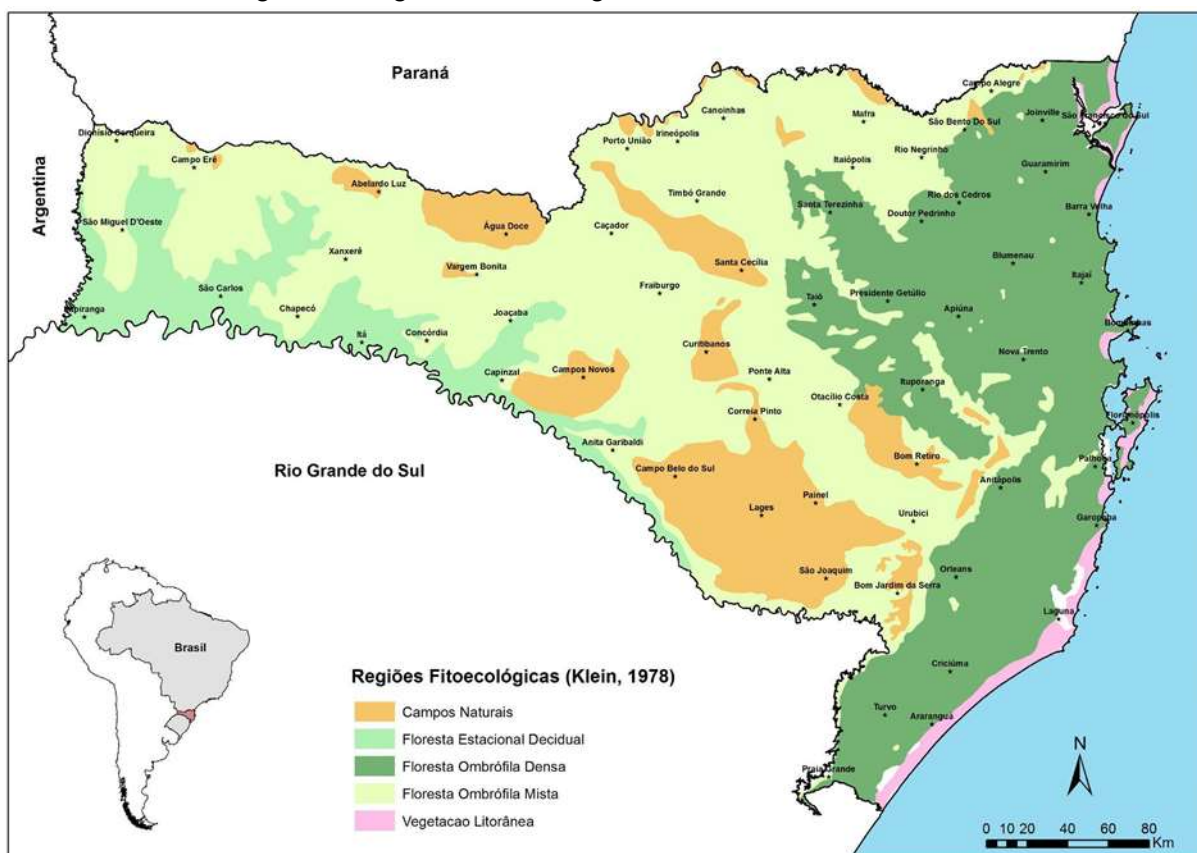
As florestas eram vistas pelos administradores do estado como uma maravilha, admirados com o tamanho e quantidade de espécies de árvores, porém descreveram especialmente os pinheiros, como podemos observar através de fontes que passaram pela região na ocasião da excursão ao oeste catarinense realizada pelo então presidente do estado de Santa Catarina, o Sr. Adolfo Konder com sua comitiva. A viagem ao interior do estado buscava mapear e delimitar as fronteiras catarinenses, bem como, promover o desenvolvimento desta região, descrito no livro *A viagem de 1929*, republicado pelo CEOM, no ano de 2005. Arthur Ferreira Costa (1929, p. 29), descreve a floresta da seguinte maneira:

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. (...) Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobriga um pedaço do céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento. Atravessam-se trechos enormes sob abóbadas baixas e espessas de cipoaes e taquaraes, obrigando o cavalleiro a debruçar-se sobre a sella quasi juntando a cabeça ao pescoço do animal.

Com esse relato é possível perceber que a riqueza da floresta estava nas plantas, mas também na magnitude e esplendor da floresta refletida nas árvores gigantescas descritas acima. Outro destaque é a variedade de espécies que os expedicionários encontraram durante a viagem, desde os enormes troncos aos emaranhados de taquarais existentes na região.

Essa descrição é característica da formação da Mata Atlântica, onde observamos os dois tipos de florestas encontradas por eles, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), porém existem ainda Floresta Ombrófila Densa (FOD), e Floresta Estacional Semi Decidual (FESD), No Oeste do estado de Santa Catarina podemos observar essas formações no mapa a seguir.

Figura 3: Regiões Fitoecológicas de Santa Catarina



Fonte: Inventário florestal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/mapas>. Acesso 20 jan 2022.

Segundo Leite e Klein (1990), a formação de Floresta Ombrófila Mista ocorre em regiões de clima ombrófilo, com temperatura média de 18°C, sendo registradas, no inverno, médias inferiores a 15°C (IBGE, 1997). Para a região do Oeste de Santa Catarina, os autores descrevem que:

Os terrenos entre aproximadamente, os 500 e os 800 m de altitude estão enquadrados na formação montanha (Leite e Sohn) e caracterizam-se por um clima sem época seca, com período frio

(Temperatura média (T_m) < 15°C) curto ou ausente e período quente longo (T_m) > 20°C). Compreendem, principalmente, parte das bacias dos rios Tibagi e Ivaí (afluentes do rio Paranapanema), Piquiri e Iguaçu (afluentes do rio Paraná) e do rio Uruguai, acima dos 500 m de altitude (limite regional) (LEITE e KLEIN, 1990, p. 123).

Os autores também argumentam que esse tipo formação da floresta depende da temperatura e clima, bem como da altitude em que se encontra, e que de acordo com essas características, pode-se formar dois tipos de floresta com determinados indivíduos,

(...) um, onde o pinheiro se distribuía de forma esparsa por sobre bosque contínuo, no qual 70 a 90% das árvores pertenciam às espécies: imbuia (*Ocotea porosa*), espécie mais representativa, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-preta (*Nectandra megapotamica*), canela-fogo ou canela-pururuca (*Cryptocarya aschersoniana*) acompanhadas da sacopema (*Sloanea monosperma*), por vezes bastante freqüente, da guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e erva-mate (*Ilex paraguayensis*); outro grupo, onde a araucária formava um estrato superior bastante denso sobre um estrato de 60 a 80% de folhosas, principalmente das espécies: canela-lageana (*Ocotea pulchella*), espécie dominante, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*) e camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*), acompanhadas da casca-d'anta (*Drimys brasiliensis*), do pinheirinho (*Podocarpus lambertii*), pimenteira (*Capsicodendron dinisii*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e diversas mirtáceas e aquifoliáceas (LEITE e KLEIN, 1990, p. 123).

Podemos perceber que a Floresta Ombrófila Mista (FOM) tinha uma estrutura extremamente variada, formando com outros indivíduos arbóreos, uma floresta diversificada. Haviam também, locais com poucos indivíduos de araucária, onde predominavam os taquarais, sobretudo nas encostas e áreas de declive acentuado.

Outra formação florestal característica da região é a Floresta Estacional Decidual, que ocorre na maior parte da vertente da Serra do Mar e também no Vale do Rio Uruguai, além das bacias dos rios Ijuí, Jacuí e Ibicuí (LEITE e KLEIN, 1990, p. 127).

Segundo Leite e Klein é uma floresta

(...) tipicamente Ombrófila, sem período seco e com bastante intensidade e regularidade pluviométricas. Seus índices térmicos determinam dois períodos bem distintos: um, de 4 a 5 meses, centrado no verão, com médias compensadas iguais ou superiores a 20°C e outro de 2 a 3 meses, centrados no inverno, com médias iguais ou inferiores a 15°C. O clima, apesar de quente-úmido durante boa parte do ano, conserva, por apreciável período, carácter frio, capaz de imprimir restrições à proliferação e ao desenvolvimento de grande número de espécies tipicamente tropicais (LEITE e KLEIN, 1990, p. 128).

Na região é possível observar essa formação na medida que se aproxima do vale do rio Uruguai e seus afluentes, em direção ao Oeste, onde a formação também é contemplada na região de *Misiones*, Argentina. Conforme o autor Klein (1978), a formação pode ser dividida em pelo menos 5 estratos, que são conforma tabela abaixo:

Tabela 1 – Estratos da Floresta

Estratos Florestais	Espécies de árvores e arbustos
Primeiro Extrato (composto por árvores decíduais com até 30 m de altura)	Grápia (<i>Apuleia leiocarpa</i>); angico-vermelho (<i>Parapiptadenia rígida</i>); louro-pardo (<i>Cordia trichotoma</i>); maria-preta (<i>Diatenopterix sorbifolia</i>), do pau-marfim (<i>Balfourodendron riedelianum</i>); canafístula (<i>Peltophorum dubium</i>);
Segundo estrato (apresenta copagem bastante densa e, em geral, predomínio de árvores perenifoliadas com alturas em torno de 20 m)	Lauráceas e leguminosas, como: Canela-fedida (<i>Nectandra megapotâmica</i>).
Terceiro estrato (formado por grande adensamento de indivíduos pertencentes a poucas espécies)	Cincho (<i>Sorocea bonplandii</i>); laranjeira-do-mato (<i>Actinostemon concolor</i>); catiguá (<i>Trichilia clausseii</i>).
Estrato arbustivo (formado por representantes jovens de espécies dos estratos superiores)	Diversas espécies dos gêneros <i>Piper</i> e <i>Psychotria</i> , cujos indivíduos misturam-se a adensadas e amplas touceiras de o criciúma (<i>Chusquea ramosíssima</i>).
Estrato herbáceo (bastante denso e com variadas formas de vida)	Predominam, com frequência, pteridófitas e gramíneas pertencentes aos gêneros <i>Pharus</i> e <i>Olyra</i> .

Fonte: Interpretação do autor conforme, LEITE E KLEIN, 1990, p. 128.

Apesar dessa quantidade de indivíduos descritos que caracterizam a Floresta Estacional Decidual, atualmente encontram-se parcialmente ou totalmente descaracterizadas, pelo avanço da agricultura em larga escala e da monocultura. Os remanescentes das florestas, quando não são reservas legalmente estabelecidas, encontram-se destituídas de indivíduos florestais, caracterizadas como matas secundárias, ou capoeiras, e mesmo os que sobram estão em áreas de difícil acesso, como declives acentuados, onde o terreno não permite o uso de solo para agricultura ou pecuária.

Com isso, as florestas foram sendo desmatadas aos poucos, desde os primeiros contatos dos grupos humanos e as modificações que ocorreram, ampliado com a chegada dos primeiros imigrantes já no século XX. No texto a seguir, veremos os processos de exploração dos recursos florestais da região, onde será abordado, também, os primeiros agrupamentos humanos na região e como se deu essa interação dos seres humanos com o meio ambiente.

1.2. Ocupação humana no Oeste de Santa Catarina:

Os primeiros agrupamentos humanos que se tem registro arqueológico na região de Chapecó, são de grupos caçadores coletores, que ocuparam as margens do rio Uruguai. Estudos arqueológicos apontam para uma data aproximadamente há 11 a 10 mil atrás (CARBONERA, ONGHERO, LINO, 2018), e são caracterizados por instrumentos de pedra lascada. Mais recentemente, entre 7 e 4 mil anos atrás, outros grupos caçadores coletores da tradição Umbú, assim classificados pelos arqueólogos, ocuparam a região, deixando instrumentos de pedra lascada como pontas de flecha, raspadores, furadores, lâminas, dentre outros vestígios encontrados nos sítios arqueológicos. Esses grupos eram nômades e tinham grande mobilidade, eram bem adaptados ao meio que viviam, onde obtinham os meios de subsistência através da caça, pesca e coleta de alimentos oferecidos pelo meio ambiente.

Outro grupo humano pré-histórico ou pré-colonial que ocupou a região, foram os povos agricultores ceramistas Guarani, contando com a ocupação nas margens dos grandes rios, como o rio Uruguai e dominando uma região desde

a Amazônia, Litoral, até o Sul do continente americano. Essa ocupação se deu na região há aproximadamente 2 mil anos atrás (CARBONERA, ONGHERO, LINO, 2018).

Para estabelecer moradia escolhiam um lugar plano, próximo às corredeiras e fozes dos rios e agrupavam grande contingente de pessoas. Eles praticavam a agricultura e também fabricavam cerâmica, além da caça, pesca e coleta. Os sítios arqueológicos são caracterizados por grande quantidade de fragmentos cerâmicos de potes e vasilhas, dentre outros utensílios de pedra lascada. Também utilizavam técnicas de polimento de artefatos como machado e mão-de-pilão, o que mostra uma ocupação intensa de muitos indivíduos humanos, uma agricultura junto a esses povos com cultivo do milho, abóbora, feijão, coletavam pinhão, mel e erva-mate, além da caça e da pesca. Sua herança cultural ainda é perceptível nos seus descendentes. O chimarrão e o churrasco são tradições culturais ainda hoje cultivadas no Sul do continente (VALENTINI, 2015, p. 73).

Nas áreas mais afastadas dos grandes rios, em meio às florestas, encontram-se vestígios de outra ocupação de povos agricultores ceramistas. Os vestígios denominados pelos arqueólogos são do grupo de tradição Itararé-Taquara. Os sítios arqueológicos são caracterizados por estruturas escavadas, casas subterrâneas, e estruturas anelares, os enterramentos. Segundo Valentini:

As terras altas dos planaltos, com Floresta Ombrófila Mista, foram habitadas por sociedades Itararé-Taquara, seus vestígios mais comuns são utensílios de cerâmica, artefatos produzidos em pedra e marcas na paisagem de antigas moradias (estruturas subterrâneas) e cemitérios (estruturas anelares) (VALENTINI, 2015, p. 73).

Durante milhares de anos esses povos viveram e morreram nas áreas aqui citadas, modificando a paisagem dos lugares onde passaram e se estabeleceram, seja como um vasto registro arqueológico, fundamental para pesquisas na arqueologia como também modificou a paisagem florestal da região. Uma dessas modificações foi uma vasta rede de caminhos e veredas, tanto por terra como por água, como o Caminho do Peabiru, contada pela passagem de expedicionário ainda no século XVI.

(...) a passagem do expedicionário Alvar Nuñez (Cabeza de Vaca), que no ano de 1541 desembarcou no litoral de Santa Catarina e se dirigiu até Assunção, no Paraguai, palmilhando as terras entre as bacias do Rio Iguaçu e do Rio Uruguai, passando por antigas trilhas, conhecendo e abrindo novos caminhos (VALENTINI, 2015, p. 73).

Os caminhos eram usados para o transporte do gado, e em muitos lugares existiam pontos de pouso. Segundo Valentini, foi no século XVIII que se estabeleceu a primeira trilha duradoura, que transpassou verticalmente o Sul do Brasil,

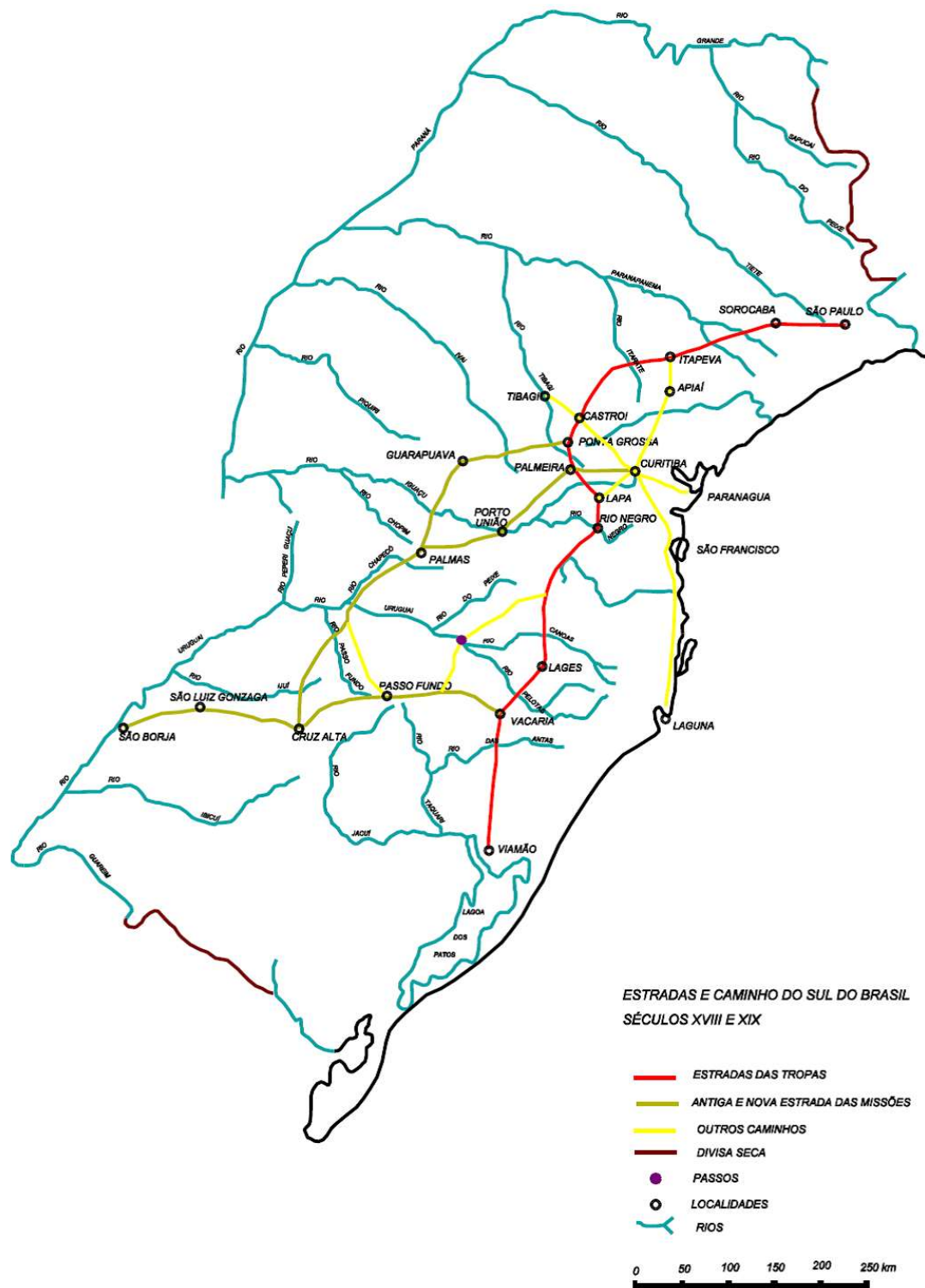
(...) designada caminho de Viamão, estrada da mata ou ainda caminho das tropas. A grande motivação era o transporte semovente de gado, mueres e cavaleares para o interior de São Paulo. Partia de Viamão, no Rio Grande do Sul, atravessava o Rio Pelotas, em Santa Catarina passava por Lages e Curitiba e depois seguia até Sorocaba SP. No itinerário das trilhas dos tropeiros surgiram pontos de pousos, invernadas, bodegas, casas de pasto, pequenos povoados e vilas que originaram cidades (VALENTINI, 2015, p. 73).

Já para a região Oeste, mais especificamente no distrito do Goio-en, o autor afirma que aproximadamente no ano de 1850 se deu a abertura de um caminho chamado Caminho das Missões,

Mais ao Oeste, a partir de 1850, outra grande artéria foi aberta e a comunicação e o transporte de animais e produtos interligou a região missioneira e Corrientes, na Argentina, e no Brasil pelo planalto catarinense, atravessava o Rio Uruguai no Goio-en, Passo dos Índios (Xapecó), o Campo Erê, Palmas e o Rio Iguaçu até Ponta Grossa PR, onde entroncava com o caminho que vinha de Viamão (VALENTINI, 2015, p. 73).

Podemos observar no mapa (figura 4), os caminhos usados pelos tropeiros no século XIX para percorrer as distâncias entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Figura 4: Localização dos caminhos abertos no Brasil Meridional, em destaque o Caminho das Tropas.



Fonte: VICENZI, Renilda. *Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850*. 232 p. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2015. p. 37.

Partindo da região Oeste do Rio Grande do Sul, havia a Estrada das Missões que era a rota alternativa para se atingir o Caminho das Tropas. Na Estrada das Missões poder-se-ia seguir por dois itinerários, um cortando horizontalmente o Rio Grande do Sul a partir de São Borja em direção a Vacaria, passando por Cruz Alta e Passo Fundo, e o outro, o caminho vertical, a partir de São Borja e a cruzar as terras hoje correspondentes aos territórios dos Estados de Santa Catarina e Paraná atravessando o Rio Uruguai pelo Passo de Goio-En.

A partir de 1850 o gado argentino que entrava pelo Passo de São Borja e Santa Maria, seguia até os campos de invernadinha de Cruz Alta e Passo Fundo, para depois rumar pelo Passo de Goio-En até os Campos Gerais do Paraná, atingindo a feira de Sorocaba em São Paulo, percorrendo mais de duzentas léguas ou mil e duzentos quilômetros (FLORES, 1998, p.37).

Os caminhos facilitaram uma economia baseada na criação e transporte do gado, que ia para abastecer o mercado de Sorocaba em São Paulo. O tropeirismo que vai de, aproximadamente 1730 a 1870, só entra em decadência a partir da introdução das ferrovias. Seu desenvolvimento esteve vinculado à valorização da pecuária como fornecedora de cavalos e mulas, principais meios de transporte até então; pelo fornecimento de couro; de alimentação, com o gado; e, pelo escoamento de produtos como o mate e o fumo. O caminho das tropas foi essencial também no processo de ocupação desta área ao propiciar o surgimento de invernadas e novas povoações:

A Invernagem, antes utilizada nos Campos Gerais do Paraná, passou a ocorrer nos campos de Palmas e Guarapuava. O roteiro desta estrada exigiu a formação de pequenos povoados, nos pontos de pouso, que foram surgindo ao longo desta: de Guarapuava a Palmas, cruzando os rios Chapecó e Chapecozinho, passando pela Campina do Xanxerê (onde mais tarde será instalada a Colônia Militar), pela Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo Carneiro, depois chamado Passo Bormann, atingindo o Goio-En, então no lado paranaense, e Nonoai, do lado rio-grandense, e de lá alcançando Cruz Alta [...]. Aos fazendeiros este novo ciclo possibilitou a passagem do criatório à invernagem, e de criadores a intermediários. Isto implicaria, também, a apropriação do solo, fechando os campos reunidos (RENK, 2006, p.35).

Uma das características da ocupação destes campos foi a instalação de grandes propriedades, com poucos proprietários, poucas pessoas, e distantes entre si. Em torno de 1870, a pecuária entra em decadência, concomitante com o das fazendas de criar, resultando num movimento de dispersão da família fazendeira e fragmentação das grandes áreas, pelas heranças e partilhas. O excedente populacional destas fazendas de criar, deslocou-se pela região dedicando-se à pequena lavoura, à extração de madeira e erva-mate (RENK, 2006, p.38).

A existência de ervais nativos no Oeste catarinense despertou o interesse econômico na exploração da planta. A erva-mate surgiu como possibilidade de atividade rentável na região Oeste catarinense após 1850, quando o excedente populacional das fazendas de criar instaladas no planalto, dotado de menor capital econômico, dedicou-se à pequena lavoura, a extração da madeira e da erva-mate (RENK, 2006, p.38).

Sobre a erva mate, Valentini aponta por quem era feito esse trabalho, e como esse trabalho passou a ser valorizado pelos fazendeiros da região, cobrando parte da produção do produto.

O ofício na erva, tradicionalmente era feito pelo caboclo ervateiro e ninguém se importava em deixar-lhe recolher os galhos e folhas das árvores da propriedade. No momento em que o produto passou a ser valorizado os fazendeiros passaram a fazê-lo com seus peões. Quando não podiam fazer, cobravam parte da produção e coíbiam a entrada de alheios (VALENTINI, 2015, p. 79-89).

No Oeste catarinense o trajeto era feito no sentido leste-oeste, surgindo ao longo do caminho inúmeros pontos de pouso que, posteriormente, transformaram-se em vilas e sedes urbanas. Neste momento de transporte com tropas, as mulas com “surrões” levavam a erva aos compradores e, eventualmente, no retorno, traziam gêneros alimentícios (RENK, 2006, p.185).

A partir das primeiras décadas do século XX, as possibilidades de escoamento da erva, no Oeste catarinense, se restringiam a três pontos: em direção ao oeste, à Argentina, pela fronteira com Dionísio Cerqueira; ao sul, ao Rio Grande do Sul; e ao leste, à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do

Sul, no território hoje compreendido no município de Joaçaba (RENK, 2006, p.185).

De fevereiro em diante, as margens do Goyo-En revestem-se de alguma animação com a construção das piraguas, que vão levar a S. Thomé, na província de Corrientes, o fumo e a herva produzidos na região adjacente. São tais piraguas grandes embarcações de madeira de lei, do feitio de um verdadeiro caixão, comportando 2 a 3.000 arrobas de herva e destinadas a seguir nas maiores enchentes, isto é, ordinariamente, de agosto a outubro, levadas pela correnteza até às povoações argentinas. Todos esses “piragueiros” descreviam-me tal viagem como inçada de peripécias tremendas: a velocidade do rio é, em certos pontos, inavaliável. Diz os arrojados embarcadiços não haver tempo de distinguir, na margem, uma árvore sequer, perpassando tudo vertiginosamente: a corredeira do macaco, por exemplo, quem tem três léguas de extensão, é transposta em 20 minutos; é a velocidade de um trem expresso, a ser verdadeira a informação (MALAN, 1918, p.275).

O autor descreve um tipo de embarcação que era usado para o transporte da erva, e também o quão perigoso era esse transporte pelo rio. Embora lucrativo, não durou muito tempo. Segundo Arlene Renk (2006), a exploração da erva mate tem seu declínio a partir de medidas protecionistas argentinas aliadas às taxações do Rio Grande do Sul,

A situação caótica e falimentar era generalizada nas demais regiões de produção ervateira do país (...). Ante as oscilações e para salvaguarda de seus capitais, os industriais, com espírito corporativista, criaram os Institutos Estaduais do Mate (em Santa Catarina, em 1927; no Paraná, em 1928). Esses mesmos interessados, em 1936, solicitaram ao Governo Federal a criação de órgão nacional e oficial dos interesses da economia ervateira. Assim, criado em 1938 o Instituto Nacional do Mate – INM. (...) reconhecia, por decreto, quem era produtor, industrial, comerciante e suas respectivas funções (RENK, 2006, p.180-181).

A ocupação mais efetiva do espaço começou a ocorrer por volta da segunda metade do século XIX, quando se iniciou a fundação de colônias que serviam de ponto de exploração comercial da madeira e do mate, exportados pelo Rio Uruguai. Quando da instalação da Colônia Militar de Chapecó, previa-se a distribuição gratuita dos lotes aos colonos e aos demais povoadores nacionais e estrangeiros. Além dos utensílios agrícolas, os colonos receberam

área de terra para edificação de moradias, e outra destinada à cultura ou criação. A condição mínima para se obter a terra era a sua ocupação imediata, bem como, seu cultivo e povoamento com animais.

Conforme Onghero e Franceschi apontam no artigo *Vidas em torno do rio: uma abordagem histórica das relações estabelecidas entre as populações na região Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul e o Rio Uruguai* (2009), sobre como se deu a divisão dos lotes vendidos aos colonos:

Após a definição dos limites políticos da região do vale do Rio Uruguai, em 1917, foi iniciado o processo de colonização das terras, quando os governos estaduais concederam para empresas colonizadoras lotes de terra que deveriam ser ocupados, estabelecendo o povoamento da região. As empresas promoveram a venda de terras para famílias, principalmente de agricultores descendentes de europeus que moravam em colônias no Rio Grande do Sul. A venda das terras ocasionou conflitos com os caboclos que as ocupavam, pois, uma vez que não possuíam escritura das terras em que moravam, tiveram de ceder espaço aos colonos. Algumas vezes esta disputa pela terra foi violenta, em outros casos, os caboclos se inseriram no processo de colonização, trabalhando como diaristas e agregados para as famílias de colonos (ONGHERO, FRANCESCHI, 2009, 115).

As terras passaram a ser de propriedade dos colonizadores, fazendo com que os caboclos muitas vezes fossem excluídos e empurrados para as margens dos rios, em terras muitas vezes com declives acentuados, sendo obrigados a vender sua mão-de-obra agora para ajudar a formar as lavouras que os colonos começam a colocar em prática.

Assim as terras foram sendo ocupadas e a mata foi sendo devastada, para uso como campos e mais tarde como lavoura, o povoamento intenso começou a partir do século XIX, porém como vimos nesse sub capítulo, o processo iniciou muito tempo antes.

O que veremos no próximo texto é a partir do processo de colonização a partir da chegada dos imigrantes de origem européia e seus descendentes, e sua organização no oeste de Santa Catarina, principalmente em Chapecó.

1.3. Colonização da região de Chapecó:

Ao final do século XIX, o povoamento da região Oeste catarinense possuía características definidas pelo ponto de vista étnico e econômico. A área era habitada por comunidades indígenas, por luso-brasileiros que, por algumas razões, dentre as quais o tropeirismo, haviam se estabelecido. Por fim, havia também a figura do caboclo, e os colonos de origem europeia e seus descendentes, que se fizeram presentes no território catarinense de forma especial a partir das primeiras décadas do século XX.

Todos estes grupos, cada um à sua maneira, influenciaram o meio ambiente das regiões onde se estabeleceram através dos usos que fizeram da fauna e da flora e do impacto ambiental dos modos de vida trazidos consigo. Na mata, o indígena encontrava as condições mais favoráveis à sua sobrevivência, com parte considerável de sua alimentação assegurada pela pesca e pela coleta. O mesmo se deu para os caboclos, que ainda propiciaram o desenvolvimento de atividades agrícolas apoiadas, sobretudo, no uso do fogo para o desmatamento (a coivara, de raízes indígenas), cujas cinzas teriam uma função fertilizante e controle de ervas daninhas.

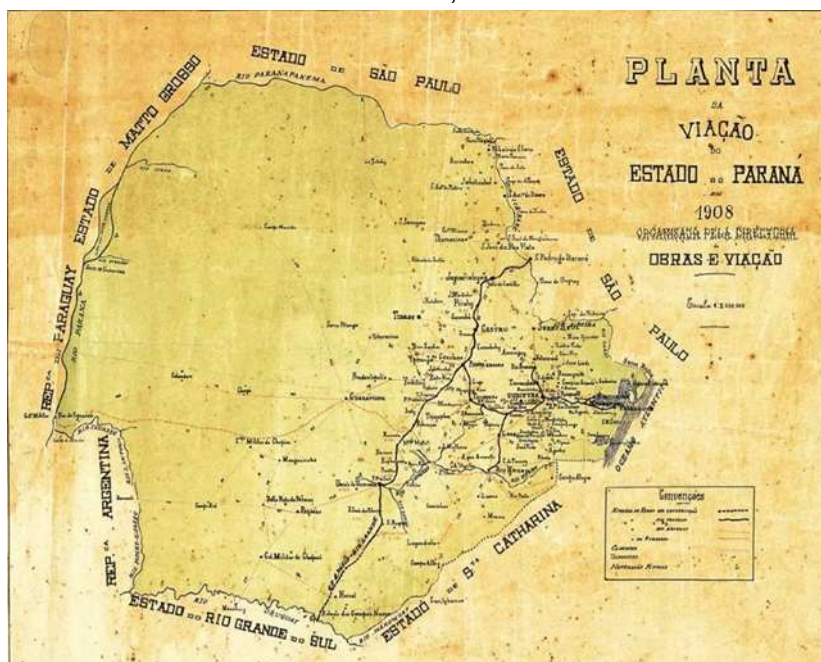
Assim como as áreas utilizadas para o plantio e para a criação de animais, a derrubada das matas empreendida pelos colonos de origem europeia, causou um impacto ambiental ainda maior após a instalação de um grande número de serrarias no início do século XX, acarretando profundas mudanças de ordem econômica, política e social na região.

Data igualmente desta época a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, cujo objetivo inicial era interligar a região Sul com o Sudeste brasileiro, parte da estratégia adotada pelo Governo Federal para a introdução e o desenvolvimento na região da economia mercantil hegemônica na República. Além de possibilitar o deslocamento de tropas militares do centro ao sul do Brasil, caso fosse necessário (WOLOSZYN, 2007. p.4).

A autorização para a construção do trecho catarinense da ferrovia data de 1906, sendo destinado à companhia construtora de propriedade do empresário estadunidense Percival Farquhar, quinze quilômetros para cada

lado dos trilhos, destinadas à colonização com imigrantes, além da autorização para explorar toda a madeira existente nessas terras, passando por um território contestado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina desde 1853 (WOLOSZYN, 2007. p.4).

Figura 5: Planta com registro da construção da “Brazil Railway Company” em território contestado, 1908



Fonte: Acervo do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (PR).

Uma das consequências da ação desse empreendimento no território catarinense, foi a expulsão de milhares de pessoas das terras que ocupavam e exploravam e que não possuíam os títulos de propriedade das mesmas e não orientavam centralmente sua produção para o mercado. Além de considerados improdutivos, havia a preferência pela colonização por imigrantes de origem europeia e de seus descendentes, ao invés da população cabocla, de índios, negros e luso-brasileiros pobres e incultos da região.

Grande parte destes camponeses, passou a morar em acampamentos ou “redutos”, sob a direção, inicialmente, de um líder religioso denominado como “monge”, dentre os quais se destacam os monges João Maria de Agostinho e João Maria de Jesus. A eles se juntaram milhares de

trabalhadores trazidos de várias partes do país pela empresa e despedidos das obras entre 1911 e 1912 (THOMÉ, 2005, p.15-16).

O empreendimento mais importante de Farquhar foi a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, considerada à época a maior madeireira da América Latina e a segunda maior do mundo, que serrava diariamente trezentos metros cúbicos de madeira. Igualmente, Carvalho afirma que,

A Southern Brazil Lumber and Colonization Company foi a maior madeireira da América do Sul na primeira metade do século XX. No atual planalto norte catarinense construiu uma serraria enorme para os padrões da década de 1910, empregando mais de 400 trabalhadores permanentes, com ferrovias privadas conectando os locais onde estavam as imensas toras com a fábrica, além de maquinário de última tecnologia, incluindo poderosos guinchos a vapor para puxar as árvores abatidas. (CARVALHO, 2010, p. 29)

Por outro lado, Woloszyn, aponta que nesta exploração foram utilizados equipamentos de alta tecnologia importados da Europa e dos Estados Unidos, além de uma mão-de-obra que era selecionada, tendo sido contratados cerca de oitocentos operários permanentes, a maioria descendentes de imigrantes ou estrangeiros, além de caboclos responsáveis pelo corte e transporte das toras, pagos por empreitada (WOLOSZYN, 2007, p. 4-5).

Segundo Américo da Costa Souto, a ação conjunta feita pelos fazendeiros, Percival Farquhar e outros empresários estrangeiros interessados na exploração da madeira, de expulsar os caboclos posseiros das terras, agravaram os problemas sociais da região. A população rural se revoltou contra o misto de especulação com terras, serrarias e colonização destes empresários sob a cobertura política dos coronéis, bem como dos governos de Santa Catarina e do Paraná (SOUTO, 1980, p.93).

Neste cenário eclodiu, entre 1912 e 1916, a Guerra do Contestado, conflito que ocasionou a morte de mais de vinte mil caboclos da região. O conflito acabou por servir como um “divisor de águas” por determinar um novo padrão de acumulação sócio-econômico-política na região, baseado na apropriação privada da terra, na produção mercantil e na acumulação de capitais (WOLOSZYN, 2007, p.5).

Segundo Woloszyn, esta região, habitada anteriormente por caboclos, passou, aos poucos, a ter uma economia essencialmente mercantil que marginalizou a população nativa regional. A ocupação intensiva das terras do Oeste catarinense ocorreu a partir de 1920, quatro anos após o fim da Guerra do Contestado. O acordo conhecido como 'questão do Contestado' pôs fim às disputas sobre aquelas regiões pelos governos do Paraná e de Santa Catarina, apontando que o governo catarinense se dedicasse à organização administrativa da região onde o conflito se desenvolvera e a ocupar a região recém adquirida (WOLOSZYN, 2007, p.5-6).

Foram, assim, criados novos municípios em 1917, como Mafra, Porto União, Joaçaba e, o maior deles, o município de Chapecó, que significou também, a expansão para o Oeste. As consequências econômicas foram evidentes: incorporaram-se à economia do Estado os imensos recursos naturais da região, o que seria mais uma plataforma para a expansão verificada na economia catarinense na década de 1920 (SOUTO, 1980, p. 167).

Para garantir a posse definitiva das terras, o governo as entregou para as companhias colonizadoras, grande parte delas de propriedade de empresários do Rio Grande do Sul. As empresas colonizadoras deveriam lotear as terras e promover uma migração dirigida a grupos específicos, em especial, o colono camponês europeu ou descendente, dentre eles alemão, italiano, polonês e outros.

As Companhias ofereciam os projetos prontos, abriam as estradas, promoviam a construção de igrejas e de escolas, atraíam indústrias, hotéis e comércio. O Estado ficava com a função de fazer cumprir as leis vigentes, sem interferência direta no processo colonizador.

Segundo Wentz, essa colonização respondeu à necessidade de terra de grande contingente de famílias de migrantes de descendência europeia, "cujas condições de acesso à terra já eram problemáticas no Rio Grande do Sul e também aos madeireiros que procuravam outros locais para a exploração florestal" (WENTZ, 2005, p.14-16).

Deste modo, a região Oeste Catarinense foi destinada à colonização, e a presença de nativos e caboclos, que sobreviviam dos abundantes recursos naturais existentes ou cultivando pequenos roçados, foi ignorada. Começou

assim um novo confronto, o confronto cultural entre os caboclos e sua economia de subsistência, e os 'novos colonos', vindos das colônias sul-riograndenses. Os migrantes, através da ação das companhias colonizadoras, apropriaram-se da terra e dos recursos naturais existentes, dentre os quais a madeira, cuja retirada e venda garantida ofereciam uma possibilidade de lucro imediato.

À margem desta visão de mercado introduzida na região pelas companhias colonizadoras, os caboclos acabaram afastados da fronteira agrícola e isolados em regiões distantes. Os novos colonos utilizavam o trabalho do caboclo tanto nos moinhos e alambiques, quanto nos trabalhos braçais de abertura de estradas, e, principalmente, para o trabalho nas roças de capoeira com foices e enxadas, no desmatamento das áreas e como mão-de-obra nas serrarias (PAGLIARINI, 1994, P.23).

Ao final desse processo colonizatório, a região estava quase que em sua totalidade feita em lotes, e distribuída aos colonos vindos de outras regiões, sobretudo do Rio Grande do Sul, que deram início ao processo de derrubada das árvores e estabelecimento de pequenas propriedades.

No próximo capítulo veremos a exploração da madeira ocorrida no oeste de Santa Catarina, sobretudo no município de Chapecó, e as políticas e legislações que foram aplicadas e aderidas ou não pelos proprietários das terras da região para cumprir as normas e diretrizes governamentais.

2. EXPLORAÇÃO DAS FLORESTAS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A exploração da madeira na região se mostrou uma fonte de renda e também um meio para “limpar” a terra, e deixar livre de árvores, favorecendo a agricultura, que com a chegada de imigrantes europeus no século XIX e XX, impulsionou seu desenvolvimento.

Durante os primeiros anos do século XX, a exploração foi significativa, exaurindo as reservas naturais, e mudando as características ambientais e florestais do município de Chapecó, que se tornou um município agrícola, e mais tarde com a introdução da criação de animais (porco e frango), se tornou agroindustrial.

No texto a seguir, abordaremos como foi o processo de exploração da madeira na região de Chapecó pelas madeireiras e pelos imigrantes recém chegados, como era feita a derrubada, bem como o uso da madeira e também como era feito o transporte do que era exportado para Argentina.

No segundo subcapítulo vamos abordar as políticas públicas a nível federal, estadual e municipal de conservação do meio ambiente, voltadas como um meio de fiscalização e controle do Estado, por promulgação de leis e decretos que regulamentam a implantação de florestamentos e reflorestamentos nas áreas agora devastadas.

2.1. Exploração e o transporte fluvial da madeira:

Como vimos anteriormente, o processo de colonização do Oeste de Santa Catarina teve grande impulso com o final da Guerra do Contestado (1912-1916), e com a definição da maioria dos limites políticos dos municípios da região do vale do Rio Uruguai, em 1917. Segundo Radin:

O processo ocorreu após o término da Guerra do Contestado (1912-1916) e da definição do acordo de limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, embora muitos colonos do Sul já houvessem migrado para a região, desde o início do século XX. O

processo foi conduzido e executado preponderantemente por empresas colonizadoras criadas para tal fim (RADIN, 2018, p. 35).

As empresas colonizadoras tiveram papel atuante na organização dos espaços. Os governos estaduais concederam para essas empresas grandes áreas de terra que deveriam ser ocupadas, em troca da construção de estradas (WERLANG, 2006, p. 50).

Elas promoveram a venda de terras para famílias, principalmente de agricultores descendentes de europeus, filhos de imigrantes, das colônias do Rio Grande do sul e “eram considerados pelas autoridades como mais preparados para a empreitada colonizadora, uma vez que já apresentavam grande experiência com as lides da terra nas antigas colônias do Rio Grande do Sul” (RADIN, 2018, p. 35).

A venda das terras, e agora também a formação de propriedade privada, mesmo com a lei de terras de 1850, foi a partir do estabelecimento de divisas, limites entre as propriedades, o que ocasionou conflitos com os caboclos que as ocupavam, uma vez que não possuíam escritura dessas terras e tiveram de ceder o espaço aos colonos (RADIN, 2018, p. 36). Algumas vezes, esta disputa pela terra foi violenta. Em outros casos, os caboclos se inseriram no processo de colonização, trabalhando como diaristas e agregados para as famílias de colonos.

A colonização estabeleceu novas formas de ocupação do espaço, dividindo o território em lotes chamados colônias, dos quais as famílias retiravam madeira para construção das casas e abriam roçados nas matas, destinados ao cultivo de alimentos, voltados para a produção de excedentes (RADIN, 2018, p. 36). Também vendiam as madeiras encontradas no interior de sua propriedade para as madeireiras, que pagavam um preço relativamente baixo.

Por sua vez, a madeira extraída pelos colonos e madeireiros atendia o comércio interno e externo. Por conta da falta de vias de transporte terrestre, a maneira de enviar as madeiras para o mercado externo é por meio de balsas. Tais balsas eram embarcações feitas com a madeira retirada das matas, amarradas umas nas outras que nas cheias do rio serviam de embarcações,

como pode ser observado na figura 6. Desta forma, elas transportavam a madeira da região até o município de São Borja no Brasil e Corrientes, na Argentina.

Figura 6: Vista parcial de balsa de madeira percorrendo o Rio Uruguai rumo a Argentina, s/d



Fonte: Acervo CEOM/UNOCHAPECO.

As madeiras preferidas eram as com alto valor comercial, porém devido à grande quantidade das mesmas não tinham muito valor no mercado, mas na falta de outra renda, Zambiasi, destaca que:

A madeira de lei e os pinheiros eram poucos vendidos às companhias madeireiras que exportavam para a Argentina. Pagavam uma ninharia, mas como diz Vitório, “era o único jeito de ter algum dinheiro para comprar coisas necessárias como o açúcar, o sal, ferramentas, roupas e calçados”. Estimulados a falar sobre os lucros desses madeireiros, respondem que devia ser muito grande porque ficaram ricos. (ZAMBIAZI, 2000, p. 37)

Dessa maneira no início dos anos de 1920, já havia na região pessoas dispostas a explorar economicamente a madeira. Eram pessoas que recebiam concessão de terras do estado e se consideravam ricos na medida em que possuíam o bem do espaço, como observa Jaci Poli:

“as concessões dos governos estaduais, tanto no Paraná como em Santa Catarina, favorecem os que tinham condições econômicas para promoverem a sua exploração. Nunca foram feitas concessões de tamanho pequeno, e, sim, de áreas, normalmente tão grandes que atualmente perfazem o território de vários municípios.” Os outros novos ricos eram, então, os exploradores da indústria e comercialização de madeira (ZAMBIAZI, 2000, p. 37).

A indústria madeireira e a exploração do corte de madeira intensificaram-se na região especialmente a partir da década de 1920. O trabalho era executado de forma rudimentar, dependendo da força física humana, da tração animal, no caso das juntas de bois, e das condições climáticas para a execução do trabalho dos balseiros. Apenas a partir da década de 1940 aparecem os veículos motorizados, “época em que o cedro começa a ficar escasso e a exploração do pinho torna-se mais intensa” (WOLOSZYN, 2007. p.4).

O mecanismo da extração da madeira iniciava com o corte das árvores. Para tal, os trabalhadores empregavam machado, traçador e serra manual. Após a derrubada da árvore o tronco podia ser dividido em toras, medindo cerca de cinco metros, para depois se processar o descascamento utilizando uma machadinha. O estaleiramento era a forma de se dispor as toras junto a estrada por onde se escoaria o produto, utilizando a junta de bois ou mulas (figuras 7 e 8) (LAGO, 1968, p. 302).

Essas madeiras, retiradas a machado e serrote, eram depois transportadas para as serrarias, sobretudo com uso de animais, primeiro empregando bois e depois muas e carroças, e por fim o uso de caminhões. E conforme Lago, nas serrarias as madeiras seriam transformadas em tábuas, vigas, ripas, vogotes entre outros.

Nas figuras a seguir é possível observar a forma como eram transportadas as madeiras, no caso da figura 7, o uso de junta de bois, pois trata-se de toras grandes e portanto demandariam mais esforço dos animais.

Figura 7: Junta de bois e muares na condução da madeira (1)



Fonte: Acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ.

Já na figura 8 é possível observar o transporte realizado por muares que transportavam tábuas, no trânsito já de saída da madeira beneficiada das serrarias, ou seja, transformada em tábuas para uso.

Figura 8: Junta de bois e muares na condução da madeira (2)



Fonte: Acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ.

O trabalho era exercido pela população local, sobre as pessoas que conheciam o mato e árvores, e foi assim que descreveu Aujor Ávila da Luz, médico e escritor, que trabalhou na região oeste durante os anos de 1950. Ele descreve sobre o trabalho do caboclo, cortador de lenha da região oeste catarinense:

Como derrubador de lenha para vender ou de madeira para alguma serraria, já o caboclo despende um grande esforço físico: embranha-

se no mato, de machado ás costas, com um saco em que leva o alimento e os apetrechos de sua cozinha rudimentar, com mais alguns companheiros e ali fica os dias necessários até completar a tarefa. Constrói com uns paus e um pouco de palha um efêmero rancho para dormir as noites E, durante dias, o eco do machado cortando os grossos troncos de pinheiro, de imbuia ou de cedro, repercute no silenciar da floresta com um ritmo monótono e duro. De vez em quando uma árvore, golpeada na sua firmeza de gigante, estalando fibras que o machado não chegou a seccionar, lascando, rangendo, cai com um fragor de ciclone, quebrando galhos e arrastando na queda, enredados, os cipós que se tinham prendido a ela em busca de proteção. (LUZ, 1952, p. 50-51).

E sobre o destino da madeira se tratar para a construção da casa do próprio caboclo a tora nem vai para a serraria, segundo o autor é improvisado em serrador, onde dois homens manuseiam uma grande serra e desdobram a própria madeira, levando consideravelmente dois dias para esse serviço, transformar em tábuas uma tora. Porém quando o trabalho é uma encomenda de uma serraria ele descreve que o

duro trabalho não termina com o corte dos troncos, mas continua com o transporte das toras para a serraria. Com uma ou duas juntas de bois, atreladas com corrente de ferro ao tronco, puxam-no, através do mato fechado e obstruído, subindo e descendo encostas, gritando e estimulando os animais, até próximo da serra hidráulica ou a vapor (LUZ, 1952, p. 51).

Na serraria, a madeira era cortada em toras ou desdobrada em pranchas, onde o trabalho também era realizado com o uso de força manual, por se tratar de árvores grandes e grossas demandam muito esforço. Na figura 9, podemos observar o trabalho de corte da madeira realizado em uma serraria, onde as pessoas faziam os cortes das toras e transformavam em pranchas e tábuas para o uso em construções de casas dentre outras edificações.

É possível observar na figura 9, também parte do tronco já cortado ou em processo de retiradas das tábuas utilizando uma serra e uma um motor estacionário que movia a serra para efetivar o corte nos troncos.

Figura 9: Vista de serraria na região de Chapecó



Fonte: Acervo CEOM/UNOCHAPECO.

As serrarias contavam com serra a vapor, movida por motor estacionário, o que facilitava o corte da madeira, e posterior manuseio, onde serravam toda a espécie de madeira que era retirada das matas, porém haviam as que tinham melhor condição de venda, como o pinheiro.

Além do pinheiro, entre as espécies mais valorizadas e exploradas pelas empresas colonizadoras e/ou por madeireiras, estavam as espécies usualmente encontradas na região:

O “cedro” (*Cédulo odorata*), que por seu fraco peso específico flutua em vigas e é exportado em jangadas rio abaixo, do Alto Uruguai, região de sua exploração, para a cidade de São Tomé, na Argentina; o “óleo”; a “imbúia” (*Nectandra sp.*); a “canela preta” (*Nectandra amara*); a “peroba amarela” (*Aspidoperma*); a “cabriuva”; a “grápia”; o “guamirim”; o “araribá” (*Centrolobium robustum*); a “cangerana” (*Cabralea cangerana*) e o carvalho (*Grevillea robusta*) (LUZ, 1952, p. 17).

O aproveitamento comercial das madeiras ia desde a venda das toras inteiras, muitas deles seguindo para a exportação para a Argentina, mas também parte dessas madeiras ficou aqui na região. Ao serem extraídas das matas, elas eram serradas e vendidas para serem aproveitadas nas

edificações particulares dos colonos, como casas, paióis, estábulos, pocilgas, cercados, pontes e móveis, dentre outros fins comerciais, como pode ser observado na figura 10.

Figura 10: Aproveitamento da madeira para construção de casas dos colonos



Fonte: Acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ.

Assim, como as áreas utilizadas para o plantio e para a criação de animais, a derrubada das matas empreendida pelos colonos de origem europeia causou um impacto ambiental ainda maior após a instalação de um grande número de serrarias no início do século XX, acarretando profundas mudanças de ordem econômica, política e social na região.

Nas regiões próximas ao rio Uruguai havia a possibilidade de as árvores extraídas serem escoadas pela via fluvial. Pequenas localidades como Caxambu do Sul, despertaram o interesse econômico devido à grande quantidade de madeira contida em suas matas. Muitos empresários da madeira se deslocaram para a região e utilizavam-se do trabalho dos peões e práticos de balsa para fazer a madeira chegar até as terras argentinas através do Rio Uruguai (PAGLIARINI, 1994, p. 7 - 10).

Nas margens do rio Uruguai era possível escoar essa madeira de forma fluvial. Foi onde locais como o Goio-ên despertaram para esse negócio.

O local já havia sido ponto de travessia do rio por anos anteriores e agora tornou-se o principal ponto de balsas ancoradas na espera das cheias do rio.

Com as cheias do rio Uruguai, que ocorriam entre junho e setembro, como observa Bellani, o destino das balsas eram os portos de recebimento da madeira em Uruguaiana, Itaqui, Barra do Quaraí e *Paso de Los Libres*. O que correspondia a um percurso de mais de 500km, que só poderia ser percorrido quando o rio estivesse em “ponto de balsa”, ou seja, com um volume de água suficientemente elevado para conduzir as balsas com velocidade e transpor os obstáculos do caminho. Até que o rio atingisse este volume, nas cheias, como a de enchente de São Miguel, no fim do inverno, as balsas permaneciam no rio. (BELLANI, 2005, p 79)

Conforme Valentini, quando pronta a balsa, era só aguardar a enchente, indispensável para a largada e requisito para vencer o itinerário dos obstáculos naturais que se compunham de cachoeiras, remansos, pedras, peraus, ilhas, curvas, corredeiras, neblina, chuva e frio. Tudo dependia muito das condições climáticas, do número e da habilidade dos balseiros (VALENTINI, 1999, p. 79-89).

Entre esses balseiros, existia o prático, apontado por Valentini como o responsável pela condução das balsas. O conhecimento de todo o trajeto a vencer, era da maior importância na hora de evitar os perigos. Esses perigos da viagem foram assim resumidos por uma das personagens de Guido Wilmar Sassi:

Uma viagem dessas é só mesmo pra gente de coragem. Até me arrepio todo, só de pensar. É uma coisa verdadeiramente...dantesca. Imagine o senhor: meia dúzia de homens em cima de cem ou mais toras, amarradas umas às outras, descendo o rio. E o Uruguai aos corcovos, que nem o cavalo xucro, querendo jogar homens e madeira pra longe de si, ou então engoli-los de uma vez. A cheia, de fato, nivela muitos obstáculos, mas as águas ficam loucas, o rio se enraivece. Volta e meia é um salto que o “remolque” tem que transpor. Os homens se agarram às toras, como podem; amarram-se, às vezes, e lá se vão, pela goela do sorvedouro, a balsa embicando a viagem... Isso quando tudo ocorre bem. Por vezes a amarração foi mal feita, a balsa se choca com o fundo do rio, se desmantela toda, e os homens têm muita sorte quando escapam com vida (SASSI, 1979. p. 111-112.).

Por causa de tantos perigos, os práticos eram os mais solicitados para condução das balsas, pois essa prática demandava um conhecimento do rio, que só era possível quando se realizava muitas viagens, bem como sua responsabilidade com os demais trabalhadores balseiros e com os proprietários da madeira. Para tanto, sua remuneração era maior do que a dos demais.

No fim da viagem, os balseiros chegavam ao seu destino em São Borja, e encontravam com o patrão à sua espera, onde o pagamento era realizado. A partir de São Borja, o transporte rio abaixo, já em trecho navegável, dava-se através dos remorques, ou seja, através do arraste das toras com uso de lanchas rebocadoras, com até três mil dúzias, em direção à Argentina e ao Uruguai.

Após receber o pagamento, o balseiro era responsável pela viagem de volta. Uma parte dos trabalhadores comprava passagem em São Borja e iam de trem até Santa Maria, de onde partia um ônibus até Erechim. Segundo Woloszyn, nos primeiros anos, fazia-se o trajeto a partir de Erechim a pé. Já no final da década de 1940, podiam voltar de caminhão e ônibus (WOLOSZYN, 2006, p.16).

De acordo com Nodari e Carvalho, a década de 1960 é o auge da atividade madeireira em Santa Catarina, sobretudo a exploração da araucária na década de 1970. É o esgotamento das florestas da indústria madeireira, fazendo com que uma parte desses empresários migrem para Amazônia para continuarem com essa atividade exploratória (NODARI e CARVALHO, 2009, p. 74).

Por fim a abertura de estradas e o uso de caminhões ofereceram outros meios de transportar a madeira da região, levando a diminuição e o fim do transporte da madeira através de balsas pelo rio Uruguai. Aos balseiros restou a memória das aventuras desse tempo antigo. As pontes sobre o rio Uruguai foram construídas e o transporte passou a ser realizado por caminhões (figura 11), acabando com essa atividade que foi predominante entre os anos de 1930 e 1960.

Figura 11: Transporte de madeira realizada por caminhão



Fonte: Acervo CEOM/UNOCHAPECO.

O auge da exploração madeireira acabou no final da década de 1960, ano que marca a criação do código brasileiro florestal, também a criação de Unidades de Conservação. No caso do município de Chapecó, o Parque Florestal João Goulart que mais tarde passou a se chamar FLONA - Floresta Nacional de Chapecó, que foi uma das estratégias adotadas pelos governos para implementar, mesmo que pequena, uma política ambiental de conservação, ainda que, naquela época, para fins de exploração econômica.

No próximo subcapítulo vamos observar um histórico da legislação ambiental no Brasil, como foi a legislação frente à exploração da madeira e como se deram os incentivos e campanhas de reflorestamento em Chapecó.

2.1. Conservação das florestas e os Códigos florestais:

Desde antes de 1965, quando foi criado o Código Florestal Brasileiro, a política ambiental do país já havia criado instrumentos de controle que visavam reduzir os impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente.

Quando em 1861, as florestas da Tijuca e das Paineiras foram declaradas por D. Pedro II como Florestas Protetoras, com o objetivo de promover o reflorestamento e permitir a regeneração natural da vegetação, e hoje a floresta da Tijuca chama-se Parque Nacional da Tijuca, localizada na área urbana do Rio de Janeiro.⁴

Durante outros governos brasileiros, houve tentativas governamentais de ordenar os recursos naturais, como no Governo Vargas através do código florestal de 1934. O que se via era uma preocupação voltada para o mercado econômico, recursos madeireiro, sobretudo externo, porém após o fim da segunda guerra mundial e a impossibilidade da extração de madeira na Europa, a demanda passou a ser abastecida com madeira brasileira.

Como observa a pesquisadora Prycila Cristine Hammerl, ao mencionar as primeiras iniciativas das políticas ambiental no Brasil, foi

[...] idealizadas pela elite político-intelectual brasileira durante a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934) e implementada, ao menos em partes, pelo governo Vargas. Criam-se, portanto, leis que visam orientar e controlar o uso dos recursos naturais, assim como estimular a exploração de locais onde é priorizado o contato do homem com a natureza. (Hammerl, 2013, p. 2)

Porem o desmatamento continuou sem controle efetivo e o resultado desse processo de extração desordenada de madeira da região diminuiu consideravelmente com os recursos naturais madeireiros do estado em pouco mais de 40 anos, sobrando um saldo de áreas totalmente desmatadas, capoeira e mata secundária em recomposição, e levou a criação do Código Florestal.

Nesse período, a questão da preservação da natureza aparece relacionada com a questão da identidade nacional, o que “implicou na apropriação e elaboração de tradições de pensamento que envolvia um conhecimento científico do mundo natural e a ideia de que ele devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos” (FRANCO, 2002, p.78). As

⁴ Disponível em: <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/> Acesso em 15 jan 2023.

medidas adotadas para repovoar essas árvores abatidas foram poucas e por motivos econômicos ou cênicos. Porém, por parte dos proprietários das terras não era atrativo, pois era necessário derrubar as matas e abrir espaço para modelos de agricultura e pecuária impostos a eles.

No final dos anos de 1930, surgem leis de combate ao desmatamento e controle da exploração de determinadas espécies de árvores nativas e fiscalização de serrarias. Isso diminuiu o abate de árvores, parte por causa da diminuição da migração para a região oeste de Santa Catarina, a partir da metade do século XX, e também, devido ao fato de as terras já terem sido quase colonizadas. Mesmo assim, isso não acabou com a atividade madeireira na região e em quase todas áreas do município as árvores haviam sido derrubadas.

Um dos autores que escreve sobre o código de 1934 e sua aplicabilidade foi Ely Bergo de Carvalho, que traz em sua pesquisa o Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, estabelecendo o primeiro Código Florestal brasileiro, que foi importante, mas não foi aplicado como se deveria, o que não garantiu que as florestas fossem preservadas.

Esse decreto estabelecia que a classificação das florestas seria de quatro tipos:

1. as “protetoras”, que, por sua localização, servissem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que por sua “beleza natural mereçam ser conservados”; e g) asilar espécimes raros da fauna indígena;
2. as “remanescentes”, que são aquelas que formam parques ou assemelhados;
3. as “modelos”, que são “as artificiais constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas ou exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região”;
4. todas as demais florestas eram consideradas de “rendimento” (BRASIL, 1949, art. 3o a 7o).

O autor complementa que a classificação proposta pelo código, é de que as florestas protetoras podem ser entendidas como medidas de preservação. Os demais tipos podem ser entendidos como florestas produtivas, ou seja, buscavam a preservação para posterior exploração das madeiras.

Mesmo sem uma aplicabilidade efetiva do Código Florestal de 1934, Moretto destaca que a sua criação aumentou o debate no estado de Santa Catarina, resultando na aprovação do Decreto-Lei nº 132 ainda no fim dos anos 1930. Segundo a autora, “as questões que ganham destaque no Decreto-Lei catarinense estão intimamente ligadas ao setor econômico madeireiro e ao potencial que se revelava no Estado no início do século” (MORETTO, 2010, p. 127).

A floresta era recurso natural e reserva de mercado, e não foi pensada para ser preservada. Carvalho aponta que nessa legislação não havia sido pensada a ideia de um meio ambiente, segundo ele:

O meio ambiente somente se configurou na legislação brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Seria anacrônico exigir que uma legislação que foi pensada para efetuar uma racionalização produtivista preservasse a floresta nativa. O que, todavia, não modifica o fato de tal legislação ter sido amplamente ignorada e que faltaram recursos e vontade para efetivar parte dos seus preceitos (CARVALHO, 2016, p. 428).

É durante o regime militar brasileiro que, em 15 de setembro de 1965, através da lei 4.771, foi criado um novo Código Florestal, que agora é voltado para o meio ambiente, propondo sanar as lacunas que a legislação anterior havia deixado.

Para Moretto, o novo Código Florestal foi dividido em duas partes, em sua maioria a lei consiste em legislar sobre o abate indiscriminado de árvores e o restante em reflorestar. Conforme a autora:

Uma boa parte da legislação refere-se ao controle do corte indiscriminado das áreas florestais do País. As primeiras prerrogativas são referentes às florestas existentes no território nacional e às demais formas de vegetação, que passavam a ser reconhecidas como de utilidade às terras que revestem; são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem (MORETTO, 2010, p. 135).

Por sua vez, outras medidas são implementadas em acordo com o Código Florestal durante o ano de 1966. O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, promulgou a Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, para pessoas físicas (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.338, 23 de julho de 1974) e jurídicas, de que cumpram, de determinadas condições, como:

a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários; b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores; c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas (Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966).

Essas exigências favoreceram ao florestamento e reflorestamento nas propriedades, sobretudo rurais de Chapecó, pois tais condições rendiam em abatimento no Imposto de Renda do proprietário de terras onde possuíssem reflorestamento. Isso auxiliou a instalação de empresas que ofereciam planos de reflorestamento com árvores exóticas, como é possível observar na propaganda do Jornal Folha do Oeste, no ano de 1972: "Vamos desenvolver à terra o verde das florestas" (Jornal Folha do Oeste, 1972, p. 13, 20 e 29). Trata sobre um projeto de reflorestamento de empresas na cidade de Chapecó, para obter lucros aproveitando-se da lei de incentivos fiscais dada pela lei nº 5.106, e que foi publicada em três páginas diferentes, na mesma edição do jornal.

O Encarte oferecia também mudas de eucaliptos, pinus e araucária. Porém, tratava-se de um empreendimento empresarial, onde prospectar seus clientes oferecendo junto da aquisição do plano de reflorestamento, por se tratar de árvores exóticas, benefícios fiscais que favoreceram ao reflorestamento de áreas onde haviam sido devastadas as florestas naturais. Muitas áreas com declive foram utilizadas para a mudança da paisagem, facilitada pela falta de descrição de que árvores deveriam ser replantadas, que não estava presente no Código Florestal.

O código florestal de 1965 foi visto por Dean como um perigo, que poderia possibilitar a extinção de toda a árvore nativa. Ele afirma que:

Embora o proprietário fosse obrigado a manter 20% da sua terra florestada, não havia, tal como antes, nenhum dispositivo contra a venda dessa faixa de mata a um comprador, que podia cortar até 80% da mesma. O governo também não repudiava a destruição de “florestas de preservação permanente”, embora os casos de “utilidade pública ou interesse social” ficassem sujeitos à aprovação do presidente. (...) Incentivos fiscais eram insuficientes para convencer os proprietários particulares a preservar a floresta primária ou plantar florestas permanentes (DEAN, 1996, p. 304 e 305).

Para os autores Dean e Moretto, os governos militares a partir de 1965 demonstraram preocupação com a questão florestal no Brasil. No entanto, a preocupação não era com a preservação ambiental e sim com a sustentabilidade do modelo econômico adotado, baseado na exploração de recursos florestais. Segundo Moretto:

No período da ditadura militar os preceitos de desenvolvimento não se restringiam nem mesmo à conservação dos biomas. Assim, o desenvolvimento econômico, tão almejado pelos militares, fora colocado à frente da conservação dos recursos naturais. O Código Florestal de 1965 só veio a reforçar a ideia de que o meio ambiente era secundário e precisava ser sacrificado em prol do “desenvolvimento”, o utilitarismo do meio prevalecia à preservação do mesmo. Na década de 1960, também foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, em detrimento da criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (MORETTO, 2010, p. 144).

A partir de 1971, a lei de isenção de imposto de renda para quem adota-se o modelo de reflorestamento, permitiu que o proprietário que adotasse o modelo teria isenção de imposto. Segundo a empresa Santa Úrsula, reflorestadora no município de Chapecó, publicou no Jornal Folha do Oeste, de 1971, a notícia com o título “Santa Úrsula: Não há cota mínima nas aplicações em reflorestamento” (Jornal Folha do Oeste, 1971, p. 134).

Nessa matéria o jornal cita a legislação e os incentivos fiscais como facilitador do investimento no reflorestamento de árvores. Outrossim, a reportagem afirma que a empresa Úrsula tem acesso ao alto escalão do IBDF, dentre outras afirmações de oferecimento de seus serviços, esclarecimento de

boatos de que não havia cota mínima para investir em reflorestamento, informando e utilizando o decreto lei Nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, onde dispõe de descontos de até 50% do imposto de renda devido para investimentos em reflorestamento. As mudas oferecidas por essa empresa eram de *eucaliptos*, *Pinus eliottis*, *Pinus taeda*, como podemos observar em encarte propaganda de pelo menos três publicações no jornal Folha do Oeste do ano de 1972.

O IBDF, criado em 1967, foi instituído como uma “entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura, dotado de personalidade jurídica própria com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional” (Decreto-lei Nº. 289, de 28 de fevereiro de 1967).

Dentre os objetivos da entidade estavam: I - a melhor alocação de recursos no setor; II - o desenvolvimento de espécies florestais de utilização econômica; III - o florestamento e reflorestamento com fins econômicos; IV - o florestamento e reflorestamento com fins ecológicos, turísticos e paisagísticos (Decreto-lei Nº. 289, de 28 de fevereiro de 1967).

Os planos do governo consistiam em utilizar esses planos de reflorestamento, juntamente com o IBDF e sustentar um modelo econômico de exploração da madeira. Entretanto, por não especificar o tipo de árvores a serem replantadas, ficou clara a opção por plantas exóticas de crescimento rápido para manter a reserva de mercado.

Em 26 de janeiro de 1970, através do decreto-lei nº 52.370, foi criado o Instituto Florestal, que conforme seu artigo segundo estava incumbido de:

I - realizar pesquisa e experimentação sobre espécies florestais de importância econômica; II - estudar e desenvolver técnicas silviculturais, para as diversas regiões ecológicas do Estado; III - intervir no setor florestal, detendo o domínio das florestas de preservação permanente, e efetuar reflorestamento, como empresário florestal, com fins conservacionistas, técnicos e econômicos, de acordo com plano previamente aprovado; IV - estudar, propor e executar medidas de conservação e de exploração racional e econômica de florestas; V - realizar investigação sobre a biologia da fauna silvestre, especialmente de animais de caça, e de suas relações com o ambiente florístico; VI - promover estudos sobre paisagismo e o aproveitamento de áreas florestais de

responsabilidade do Estado, para fins educacionais e recreativos; VII - manter e desenvolver o Museu Florestal Estadual; VIII - aperfeiçoar seu corpo técnico, promovendo cursos e estágios de treinamentos, em estabelecimentos nacionais e estrangeiros; IX - divulgar conhecimentos científicos, a experiência técnica e os resultados dos trabalhos realizados no Instituto; X - estabelecer intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior (Decreto-Lei n 52.370, de 26 de janeiro de 1970).

Dentre as atribuições do Instituto Florestal estavam à proteção, a recuperação, pesquisa, recuperação e manejo da biodiversidade e do patrimônio natural, o que mantinha algumas atribuições feitas no código florestal de 1965.

Ao final da década de 1970, no ano de 1979, em encarte interno do Jornal Oestão, demonstra uma preocupação com a degradação com o meio rural, ao publicar edição de suplemento, com os títulos de “Nossas matas” e “Degradação do meio ambiente rural” (Jornal Oestão, 1979, p. 9, 11 e 12).

O cenário muda com o fim do Regime Civil Militar em 1985, e a partir da Constituição Federal de 1988, onde o poder público, como estado e município e suas administrações, começam a ter um papel importante na conservação e preservação do meio ambiente através do artigo 225 que diz:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988, Art. 225).

O Estado passa a ter que garantir que as futuras gerações tenham acesso à biodiversidade e aos ecossistemas, e para isso, tem que preservar e conservar o que ainda resta depois de décadas de exploração. Para garantir esse direito à coletividade, confere ao poder público alguns deveres, conforme o parágrafo primeiro, onde destaco os principais pontos:

1. preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
2. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
7. proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a

extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (Brasil, 1988, Art. 225).

Por fim, no parágrafo quarto do artigo 225, da Constituição Federal, considera o Bioma Mata Atlântica, dentre outros, como patrimônio natural. Segundo o artigo, “são identificados os biomas que são considerados patrimônio nacional: “Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira” (Brasil, 1988).

A partir dessa constituição, começa a haver uma preocupação nas unidades federativas do Brasil, primeiro em preservar o que existe e partir daí, pensar em recompor, replantar o que foi devastada.

No próximo capítulo veremos como essas medidas atingiram a área urbana de Chapecó, e quais as medidas tomadas pelas administrações públicas do município para repovoar a cidade com árvores no espaço ocupado pela urbanização.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARBORIZAÇÃO NA ÁREA URBANA DE CHAPECÓ

Com a colonização já consolidada na cidade de Chapecó, a partir da década de 1970, as administrações da cidade começaram a se preocupar com espaços para as pessoas entrarem em contato com o meio natural, bem como, pensar políticas que dessem conta dessa demanda.

Para atender essa demanda, o município deu início a criação de parques municipais, e estruturá-los com passeios, banheiros, churrasqueiras, para que as pessoas pudessem utilizar em meio às árvores remanescentes e outras que foram plantadas no decorrer das administrações.

Outra política das administrações municipais foi a arborização das praças e logradouros da cidade, utilizando mudas de árvores provenientes de viveiros. Para isso utilizou espaços disponíveis e investiu em infraestrutura para atender essas necessidades.

Neste capítulo vamos abordar essas políticas e como foi o respaldo na sociedade através dos jornais de circulação local, onde foi observado a prática de plantio e replantio de árvores.

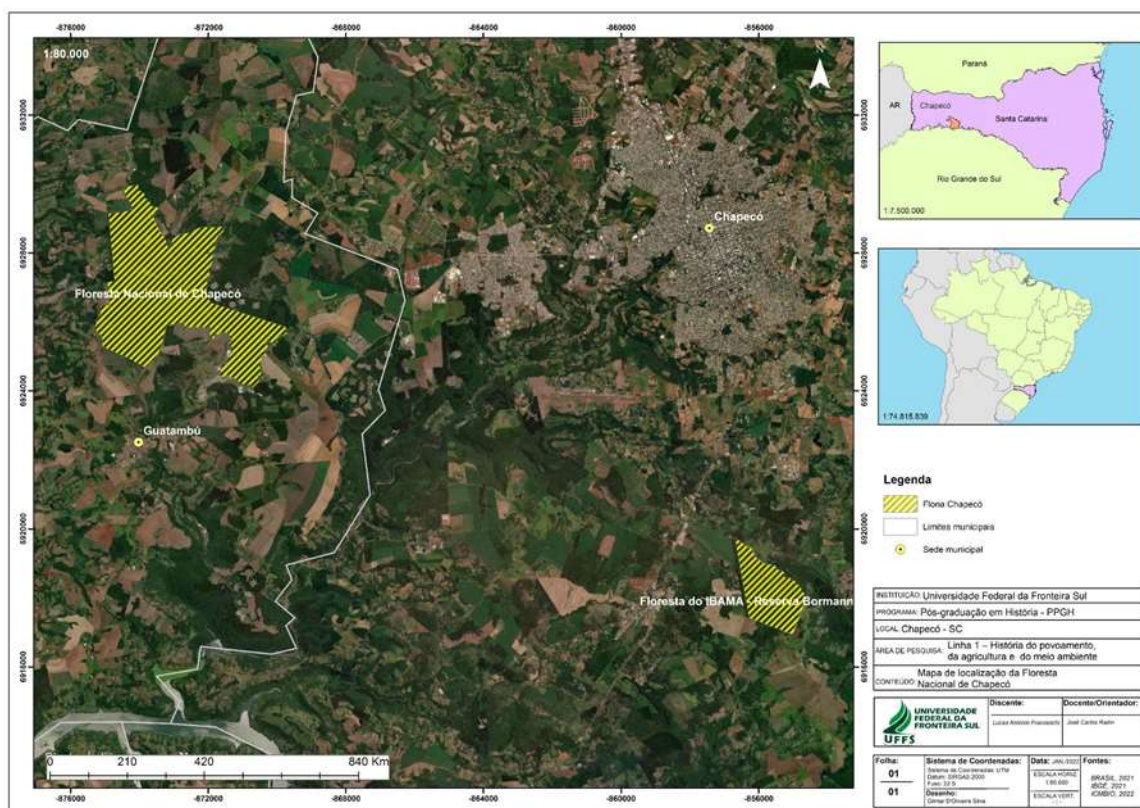
3.1. Criação da Unidade de Conservação de Chapecó:

A unidade de conservação de Chapecó, que é conhecida atualmente como a Floresta Nacional de Chapecó, FLONA, foi criada em 1967, em substituição ao Parque Florestal João Goulart, e atualmente está localizada em dois municípios, a Gleba I e III no município de Guatambu (Emancipação de Chapecó pelo Decreto nº8482 de 12/12/1991) e Gleba II no Município de Chapecó, no Distrito de Marechal Bormann, conhecida como reserva do IBAMA, e possui área total de 1.590,6 hectares (ICMBio, 2011, p. 12).

Diante desse quadro, foi criado em 1961, o Parque Florestal João Goulart, ligado ao Instituto Nacional do Pinho - INP, que com sua extinção, coube ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF as atribuições por ele desempenhadas, criando assim, em 1968 a Floresta Nacional de

Chapecó, pela Portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968, como podemos observar na figura 12:

Figura 12: Localização da Flona Chapecó, Gleba 1, 2 e 3



Fonte: Elaborado por Gilmar D'Oliveira e Lucas Antonio Franceschi, 2022.

No mapa da figura 12 é possível visualizar as duas áreas pertencentes à Floresta Nacional de Chapecó, em relação à área urbana da sede do município. Podemos também perceber que há dois acessos atualmente asfaltados nas proximidades da área. Nota-se que a gleba 2, que está localizada dentro dos limites políticos de Chapecó, é conhecida como floresta do Ibama.

Após o golpe militar de 1964, ocorreu a extinção do INP e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em 1967. Com a publicação da Portaria IBDF nº 560 em outubro de 1968, o Parque Florestal João Goulart, juntamente com as atuais FLONAs de Três Barras e Caçador, foram enquadradas como Floresta Nacional, já sob a administração do IBDF, respaldada em artigo do Código Florestal.

A unidade de conservação foi instituída pela Portaria nº 560, onde o presidente do IBDF resolve:

Os Parques Florestais do extinto Instituto Nacional do Pinho, sediados nos Municípios de Caçador, Chapecó e Três Barras, no Estado de Santa Catarina passam a denominar-se, respectivamente, Floresta Nacional de Caçador, Floresta Nacional de Chapecó e Floresta Nacional de Três Barras, com as atribuições definidas no § 3º, do artigo 15, da portaria n.º 141, de 20 de fevereiro do corrente ano (Portaria nº 560, 25 de outubro de 1968).

Assim, em 1968 o parque João Goulart, como outros em Santa Catarina, se tornou uma Floresta Nacional de Chapecó, e teve seu primeiro Plano de Manejo (PM), elaborado em 1989 pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, a FLONA Chapecó faz parte da categoria de unidade de uso sustentável, definida pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, com:

(...) exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000).

O período madeireiro na região durou entre 1940 a 1965, caracterizado pela implantação de várias serrarias, inclusive no local da gleba I. O local também foi destinado a esta atividade, com incentivos do governo. Vários investimentos tecnológicos foram implementados na região, inclusive no estudo sobre as plantas, e uma parte foi destinada para pesquisa:

Unidade foi destinada ao plantio de *Araucaria angustifolia* com o objetivo de estudar seu crescimento e comportamento, sob diferentes condições silviculturais, mas, também à implantação de espécies exóticas como o *Pinus elliottii* e o *Pinus taeda* (Plano de Manejo Florestal, 2011, p. 10).

Entre os anos de 1980 e 1990, iniciou-se o manejo das florestas plantadas, com vendas de matéria-prima para a indústria madeireira. Ao

mesmo tempo, ocorreu na região uma intensa exploração madeireira, com abertura de fronteiras agrícolas para o plantio de lavouras de soja. Ao final da década de 1980, foi elaborado o primeiro Plano de Manejo da Floresta Nacional de Chapecó (1989). Nesse período, o IBDF passou por reformulações, transformando-se no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, conforme seu artigo segundo:

É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: I - exercer o poder de polícia ambiental; II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e III - executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente (Brasil, Lei n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989).

Com a promulgação da dessa lei, todo o patrimônio, os recursos orçamentários, extra-orçamentários e financeiros, a competência, as atribuições, o pessoal, foi transferido para o IBAMA, isso incluindo a FLONA Chapecó, que foi incorporada à sua estrutura administrativa até agosto de 2007, quando o então criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passou a fazer a gestão das Unidades de Conservação Federais.

Em 1968, ano de enquadramento das Florestas Nacionais, toda área da FLONA Chapecó pertencia ao município de Chapecó, sendo assim denominada com o nome do município. O local onde está situada a Floresta hoje, pertence ao município de Guatambu, que foi emancipado de Chapecó em 1992. Assim, a Gleba I, a maior gleba onde se situa a sede da Unidade, como também a Gleba III, localizam-se no município de Guatambu e a Gleba II no município de Chapecó.

Atualmente a Unidade de Conservação FLONA Chapecó é de estratégia para a manutenção das áreas remanescentes de Mata Atlântica.

Conforme o plano de manejo florestal está entre as áreas de interesse ambiental:

A primeira delas é a Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA), representada pelos remanescentes de Mata Atlântica do município, especificamente localizados entre as duas Glebas da FLONA Chapecó, inserida pelo presente Plano de Manejo na proposta de Zona de Amortecimento da FLONA Chapecó. Esta unidade territorial é fundamental para a manutenção da permeabilidade da paisagem entre as glebas da FLONA Chapecó, funcionalidade da paisagem contemplada pelo PDDTC, conforme redação de seu Art. 127: As Áreas Especiais de Interesse Ambiental- AEIA são as unidades territoriais caracterizadas pela predominância da fauna e da flora, devendo ser preservadas e utilizadas através do programa de requalificação da paisagem urbana e natural, proporcionando a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população (Plano de Manejo Florestal, 2011, p. 11).

Assim, conforme o Plano de Manejo, a unidade também interfere na paisagem da região, pois existiria o risco de redução de áreas naturais ao longo da faixa de 300m em ambas as margens da SC-480, entre o Distrito de Marechal Bormann e o acesso ao aeroporto Serafin Enoss Bertaso.

De acordo a autora Michely Ribeiro, em seu trabalho *Um histórico da criação da Flona: a floresta Nacional de Chapecó (1960-1988)* era uma obrigação das administrações públicas conforme a legislação, para os que fizeram uso econômico das florestas, além disso era também uma:

(...) preocupação por parte dos governantes com a possibilidade de continuidade de um setor econômico que apresentava grandes lucros, a criação do Instituto Nacional do Pinho buscava solucionar os problemas enfrentados pelos industriais madeireiros. Essa motivação resultou na implementação de parques florestais, inicialmente priorizando o plantio de araucárias (RIBEIRO, 2020, p. 56).

Segundo a autora, conforme os experimentos foram sendo realizados com espécies nativas que ficaram diferentes do resultado esperado, o uso de espécies exóticas passou a receber mais apoio por parte do órgão, e por mais que o reflorestamento constasse na legislação, o incentivo e a possibilidade de redução fiscal fez com que o uso de espécies exóticas ganhasse força na

iniciativa privada, que priorizou o reflorestamento dessas espécies em detrimento das nativas.

A partir do ano de 1988, a Floresta Nacional de Chapecó, passou a ter um papel importante para a arborização do município, sobretudo na área urbana da cidade. Pois, junto a unidade de conservação, foi instalada em parceria entre a Prefeitura Municipal e a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), um horto florestal com capacidade de produzir aproximadamente 1.000.000 de mudas de plantas por ano.

Dentre as funções do horto florestal estava a distribuição de mudas de árvores. Esse serviço de distribuição é possível observar em notícia do Jornal Diário da Manhã de 28 e 29 de abril de 1990, quando após 2 anos de funcionamento, o local iria disponibilizar, conforme título da matéria, “Prefeitura distribuirá 500 mil mudas de árvores este ano” (Diário da Manhã, 1990, p. 1).

A reportagem também traz uma imagem (figura 13), na qual mostra o trabalho sendo realizado nas dependências da unidade de conservação.

Figura 13: Vista de parte da capa do jornal Diário da Manhã



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1990, p. 1.

A figura 13 apresenta uma imagem da capa do jornal Diário da Manhã, o que demonstra uma importância para essa distribuição de mudas. Também apresenta uma foto mostrando o trabalho sendo realizado no horto florestal. Por fim, um título chamativo, mostrando a quantidade de mudas que seriam distribuídas para a população chapecoense. Por se tratar da capa, não havia mais informações, mas a seguir veremos como que este horto florestal funcionava.

Conforme a reportagem no interior do jornal, o horto florestal tratava-se de um convênio tripartite, permitindo assim, a produção de mudas para o reflorestamento do município. Segundo ele, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) cedeu a área de terra, a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) oferece assistência técnica de um agrônomo e a Prefeitura de Chapecó montou uma estrutura de produção e mantinha a equipe de trabalho e administrativa do horto florestal (Diário da Manhã, 1990, p. 2).

Ainda segundo a reportagem, o viveiro tinha a capacidade de produção de 200.000 mudas a cada 60 dias em condições climáticas normais, atingindo assim cerca de 1.000.000 a 1.200.000 de mudas por ano, operando em sua plenitude. Porém, a produção na prática programada para aquele ano foi de 500 mil mudas que foram utilizadas na campanha oficial de reflorestamento da prefeitura. Apesar da produção não ser a esperada com sua capacidade máxima a notícia caracteriza as espécies cultivadas no viveiro, que:

(...) nos 3.000 metros quadrados do horto, a capacidade de produção e 45.000 mudas de erva-mate, 128.000 mudas de eucalipto e 27.000 mudas de essências nativas, entre elas: cedro, angico roxo e branco, aroeira piriquita, ipê roxo, canela, uvaia, guabiju, grápia, cereja, ligustro tipuana, acácia mimosa, acácia manduirana, cinnamon sombrinha, cinnamon gigante, caroba, braquiquito (perna de moça), canela de veado, tarumã, timbaúva, canafistula jambolão, pau-ferro, guaipuru e chauchau (Diário da Manhã, 1990, p. 2).

Conforme a reportagem, o escoamento dessa produção foi feita pelos agricultores, granjeiros e até pelas agroindústrias, e que as mudas mais procuradas eram de erva-mate e eucalipto, o que justifica uma produção maior

que as essências nativas. Por outro lado são mudas que terão por fim o corte, sendo também uma finalidade econômica para as mudas plantadas.

Por fim, a matéria fala sobre o plano agropecuário elaborado pela prefeitura que estabeleceu até o ano de 1992, o reflorestamento de 1.200 hectares e 3,6 milhões de mudas distribuídas ou vendidas, e que o viveiro florestal tinha papel fundamental para atingir essa meta. Tanto que é essencial que naquele período, 1990, a área de produção de mudas estivesse sendo ampliada, recebendo mais canteiros novos e apoio da prefeitura com mão de obra e assistência técnica para manter o horto em pleno funcionamento. Essas mudas não foram utilizadas somente para uso de reflorestamento na área rural. Boa parte delas foi utilizada na área urbana, como veremos no subcapítulo específico ao plano de arborização da área urbana da cidade de Chapecó.

Esse foi um dos papéis que a unidade de conservação FLONA Chapecó teve em parceria com a prefeitura e outras entidades, e enquanto parte da unidade era utilizada como uma reserva de árvores para exploração econômica, outras tentativas de conservar as florestas, como a criação dos parques municipais, e arborização do centro urbano, foram estratégias de conservar o meio ambiente como podemos ver no próximo subcapítulo.

3.2. Criação dos parques urbanos em Chapecó:

As praças e os parques urbanos estão presentes na maioria das cidades brasileiras, e são locais aonde as pessoas vão para passear, fazer exercícios, entrar em contato com a natureza. No entanto, nem sempre foi dessa maneira. Esse processo de criação de parques urbanos é bastante recente, sobretudo no Brasil, e vem numa ótica de proporcionar à população espaços para o lazer e a cultura.

De acordo com a arquiteta e urbanista Mariana Melo, os primeiros parques urbanos foram criados no século durante a revolução industrial, junto com o processo de urbanização. Naquela época, as cidades estavam se industrializando, e devido a ocupação desordenada do espaço, reduziu-se os

lugares para a natureza. Foi nos anos de 1900 que o aspecto de interação entre seres humanos e natureza ganham mais força. Segundo a autora:

No século XIX, os governos ampliaram os espaços com natureza das grandes cidades com o intuito de preservar o meio ambiente e promover a socialização dos trabalhadores com suas famílias, sendo os parques urbanos uma representação dessa iniciativa (MELO, 2013, p.13).

Já no Brasil, o pesquisador José Luiz de Andrade Franco afirma que os modelos brasileiros foram copiados dos norte americanos, após a criação do primeiro parque americano de Yellowstone, em 1872. Segundo ele,

a política de criação de áreas especialmente protegidas para a conservação da natureza tem como marco principal o ano de 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. No entanto, a implantação efetiva dessa política e a ampliação das áreas protegidas tiveram um lento avanço, atingindo um pico de cobertura na década de 1980, com a inclusão de mais de 20 milhões de hectares de novas áreas. (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 234)

No entanto, a criação de espaços com função social nesse modelo de interação entre o ser humano e as árvores se tornou característica dos parques criados a partir da década de 1970, especialmente aos modelos adotados na cidade de Chapecó.

Outra definição de parques urbanos, para além da sua função social, é a respeito de suas características de acordo com a arquiteta-paisagista Kliass, onde “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação” (KLIASS, 1993, p. 19).

Na esfera federal, conforme o Ministério do Meio Ambiente – MMA, as áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intra-urbanas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades (MMA, 2017).

A partir da década de 1950, os parques urbanos começam a ter uma necessidade social, pois a população demandava equipamentos de lazer, e com a expansão urbana, criou-se um novo ritmo de trabalho. É necessário criar um espaço que suavize a estrutura urbana, tenha a função de “pulmão verde”, crie um local de descanso para respirar ar puro e oportunidade de contemplação.

O parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, considera-se área verde de domínio público o espaço que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propício para a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização (MMA, 2017).

Além disso, as áreas verdes inseridas no espaço urbano possibilitam a socialização das pessoas, e são muito importantes para o planejamento das cidades. Normalmente estão contidas no Plano Diretor do município.

Ao final da década de 1960, começam a ocorrer grandes transformações no espaço urbano de Chapecó, principalmente ligadas ao setor das agroindústrias. Entretanto, não havia na cidade nenhuma proposta de parques urbanos. A primeira proposta aparece com o decreto GP 56 de março de 1973, desapropriando a localidade que mais tarde seria o Parque das Palmeiras (WAGNER, 2005, p. 190).

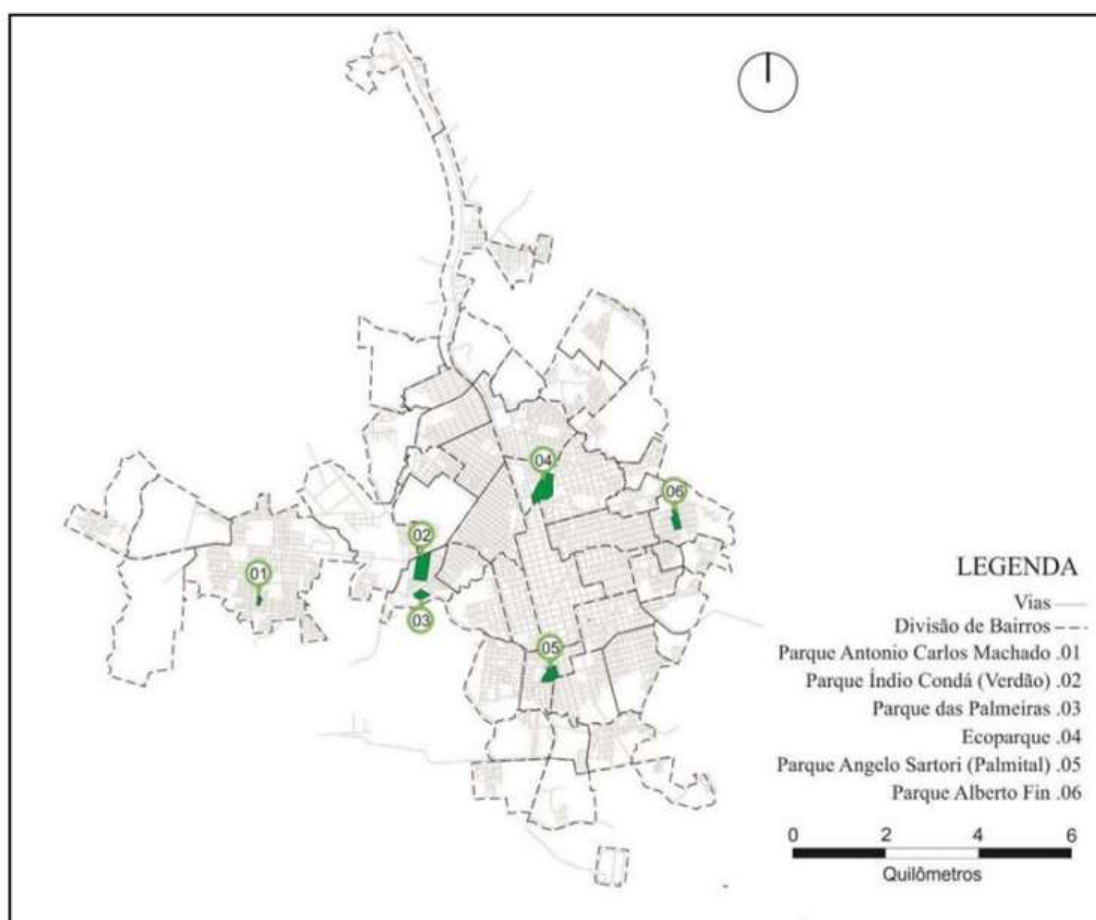
A partir dessa nova conjuntura na cidade de Chapecó, outras leis começam a incluir a criação de parques e locais para uso público, como a lei n. 68, de 31 de dezembro de 1974, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Urbano de Chapecó, onde se previa a construção e preservação de espaços públicos voltados à preservação de indivíduos arbóreos, dentre outras funções sociais e lazer.

O parque das palmeiras já havia sido criado nesse período, e de acordo com Reche, entre os anos de 1975 e 1977, uma das ações de investimento público demarcava a área do Parque das Palmeiras conectada ao Parque Índio Condá. Essa proposta ficou apenas no papel e no mandato entre 1977 e 1980, que o Parque das Palmeiras aparece demarcado nos mapas da

área urbana. Neste mesmo período, o Parque Índio Condá é demarcado como “Parque Esportivo” (RECHE, 2008, p.101).

Oficialmente, conforme os pesquisadores Maia, Silva e Almeida, Chapecó possui 6 áreas de parques na área urbana consolidadas, conforme figura 14.

Figura 14: Localização dos parques na área urbana de Chapecó



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2014) Adaptado por Silva e Almeida (2017).

São eles; Parque Antonio Carlos Machado, Parque Índio Condá (Verdão), Parque das Palmeiras, Ecoparque, Parque Angelo Sartori (Palmital) e Parque Alberto Fin. No entanto, o presente estudo levará em consideração apenas os que foram criados antes de 1992, que são: Parque Índio Condá, Parque das Palmeiras e Parque Angelo Sartori (Palmital), que se inserem no período do recorte temporal do estudo.

É importante salientar que o nome do Parque das Palmeiras se dá pela existência de Palmeiras no local, plantadas pelo antigo proprietário Drauzio Fortes, e na época da desapropriação contava com novecentas e setenta palmeiras (WAGNER, 2005, p. 189).

Conforme Altair Wagner, na época foram desapropriados 1,5 milhão de metros quadrados (150 hectares). Porém mais tarde, parte do terreno foi destinado a um conjunto habitacional, sobrando apenas 500 mil metros quadrados (50 hectares) destinados ao parque (WAGNER, 2005, p. 190). Atualmente, conta com uma área de 14 mil metros quadrados (1,4 hectares) arborizados, com palmeiras, como apresenta a figura 15, e uma área total de 114 mil metros quadrados (11,4 hectares)⁵.

Figura 15: Vista parcial das palmeiras na área do Parque das Palmeiras, s/d.



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g1023714-d2402512-Reviews-Parque_das_Palmeiras-Chapeco_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em 15 jan 2023.

Outra área próxima ao Parque das Palmeiras foi destinada a um parque florestal. Trata-se do parque Índio Condá (Verdão), localizado no bairro

⁵ Prefeitura Municipal, disponível em <https://turismo.chapeco.sc.gov.br/o-que-fazer/item/parque-das-palmeiras> . Acesso em 30 jan 2023.

parque das Palmeiras, que foi criado na administração 1977/1980, porém nas fontes começa a figurar a partir de reportagem do jornal Diário da Manhã de 7 de fevereiro de 1980, “Chapecó ganha parque municipal Índio Condá”. Conforme a matéria complementa, o parque está vinculado ao complexo esportivo Milton Sander. A notícia ainda conta com a fala do prefeito: “seria uma grande alegria para a nossa administração ver as famílias chapecoenses desfrutando desses parque”, que nesse período contava com inúmeras churrasqueira e sanitários. Mas, apesar da presença do secretário de Meio Ambiente, dentre outros, não foi mencionado na matéria a preservação e nem replantio de árvores (Diário da Manhã, 1980, p. 7).

O parque Índio Condá atualmente é conhecido como Verdão, e está conectado ao complexo esportivo Milton Sander. Possui uma área total, segundo a prefeitura municipal, de 121 mil metros quadrados (12,1 hectares), sendo que somente parte dela é arborizada. A maior parte da área é destinada a práticas esportivas dentre outras, como é possível observar na figura 16.

Figura 16: Vista parcial do parque Índio Condá e Complexo esportivo Milton Sander, 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó. Disponível em <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/2425/dia-da-crianca-tera-muitas-atracoes-no-verdao> . Acesso 20 jan 2023.

O parque leva o nome de origem indígena, Índio Condá, figura emblemática durante o período de ocupação do território de Chapecó, auxiliando no processo de colonização, atualmente é lembrado em nomes de ruas, estádio de futebol, e em 1980, foi utilizado para nomear o parque. De acordo com Fernando Vojniak, em matéria do jornal Diário Catarinense de 16 e 17 de dezembro de 2016:

Vitorino Condá foi uma importante liderança Kaingang do século XIX e, em razão de muitos de seus feitos, teve o nome lembrado em diversos momentos da escrita da história oficial. Ele passou a ser homenageado no início do século XX no contexto da colonização do Oeste de Santa Catarina. Sua liderança foi decisiva na penetração dos luso-brasileiros e dos bandeirantes paulistas na região, especialmente pela contribuição na abertura de um novo caminho de tropas que ligava os campos das regiões missioneiras do Rio Grande do Sul aos campos paulistas, passando então pelo atual Oeste de Santa Catarina. Desencadeou-se aí o início de uma história de perseguição e exploração dos índios do Brasil Meridional. (VOJNIAK, 2016, p. 7)

De fato, o nome é carregado de misticismo, e após acidente que vitimou os jogadores da Associação Chapecoense de Futebol, o nome do Índio Condá passou a ser mais lembrado, por tratar-se do mesmo nome que leva o estádio de futebol. No entanto, de acordo com Maia, Silva e Almeida, o parque Índio Condá, se trata de uma massa de vegetação sem uso e nem atividades e que, portanto, não cumpre com seu papel social. Por outro lado, o Parque Angelo Sartori já apresenta outro contexto, apresentando trilhas, infra-estrutura de bancos e churrasqueiras, bem como banheiros públicos (MAIA, SILVA e ALMEIDA, 2019, p. 11).

Durante a mesma administração também foi criado o parque Angelo Sartori, apelidado de parque palmital, devido à localização do parque estar instalado no bairro Palmital. Atualmente possui uma área de 44 mil metros quadrados arborizados, em sua maioria composta por árvores nativas, como é possível observar na figura 17.

Figura 17: Vista parcial do Parque Angelo Sartori

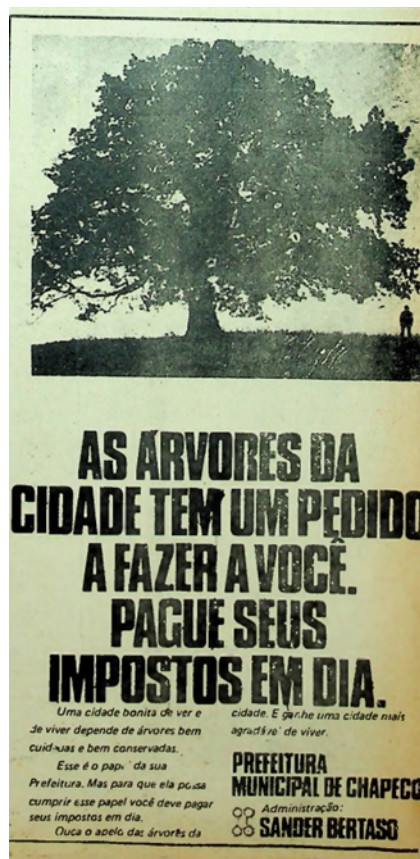


Fonte: Site do TripAdvisor. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g1023714-d2402514-Reviews-Palmital_Park-Chapeco_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em 20 jan 2023

É possível observar na figura acima estruturas de passeios para que as pessoas possam realizar caminhadas em meio a área arborizada do parque, e também identificar as espécies das plantas, em sua maioria nativas, que o parque disponibiliza. No entanto, esse contexto nem sempre foi assim. Nos anos de 1980, a preocupação das administrações era outra, estava voltada para a arrecadação.

Nesse período a preocupação da prefeitura estava na arrecadação de impostos no meio urbano. Para isso, usava do apelo do seguinte encarte publicado no jornal Diário da Manhã, na figura 18.

Figura 18: Encarte do jornal Diário da Manhã publicada nos anos de 1980 e 1982



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1982, p. 3

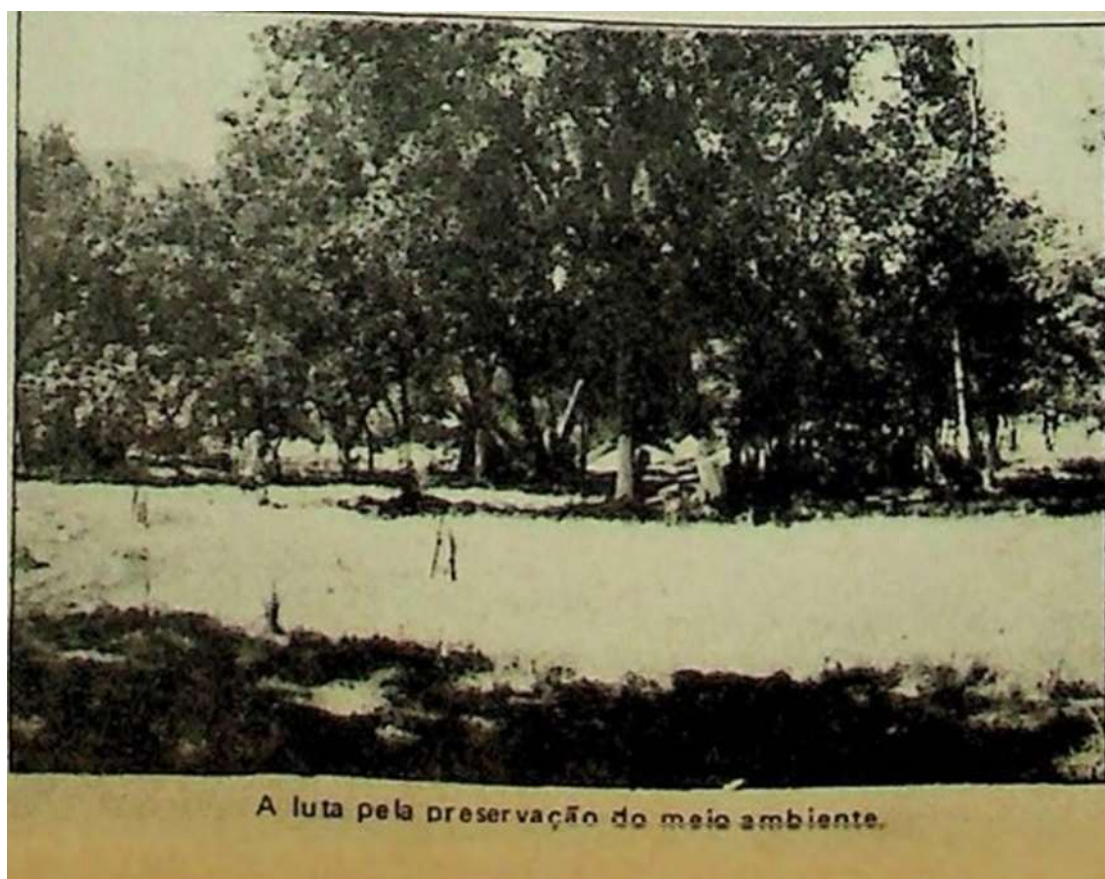
No encarte da figura 18, de autoria da administração municipal de Sander e Bertaso, é possível observar que a intenção é a arrecadação de impostos. Nas entrelinhas, com uso da imagem da árvore e do trecho final da mensagem, pode-se concluir que se as pessoas pagassem seus impostos em dia, a prefeitura usaria essa arrecadação para fins de melhorias no meio ambiente, ou embelezamento da cidade, ou mesmo em plantio de árvores. No entanto, essa política não foi constatada nas ações da prefeitura municipal, sendo ela restrita aos parques e praças da cidade e em determinados períodos do ano, normalmente ligadas ao dia do meio ambiente e ou dia da árvore.

Ainda que houvesse uma política de criação dos parques municipais, não havia manutenção, como podemos observar em uma notícia do jornal Diário da Manhã de 09 de Janeiro de 1983, sob o título “Parque das Palmeiras em completo abandono”. Reclamações que vão desde a falta de água até as estruturas, como as churrasqueiras quebradas e mato crescendo sem controle,

estado das mesas e dos banheiros. Nessa matéria não consta nenhuma informação sobre as condições das árvores, aumento ou diminuição de indivíduos arbóreos no local (Diário da Manhã, 1983, p. 8).

Nesse mesmo ano de 1983, em comemoração ao dia da árvore, 21 de setembro, a prefeitura municipal de Chapecó, organizou um pedágio na saída para o município de São Carlos, com distribuição de mudas de árvores, atos de plantio simbólico de árvores nas escolas do município, inauguração da praça São Cristóvão totalmente arborizada, palestras com o tema da importância da Árvore na escola, e por fim, a matéria traz uma foto da praça reproduzida na figura 19, e com a seguinte legenda “a luta pela preservação do meio ambiente” (Diário da Manhã, 1983, p. 1).

Figura 19: Vista parcial da São Cristóvão



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1983, p. 1

É importante observar na imagem e sobretudo na legenda, que já nesse período falava-se sobre a luta da preservação do meio ambiente. A administração municipal via na criação de espaços como praças, a maneira de preservar o ambiente no meio urbano. Por outro lado, o papel social que a praça representa para as pessoas e convívio social, o cuidado também era uma preocupação da prefeitura municipal.

No dia seguinte à publicação dessa notícia, 22 de setembro de 1983, outra notícia chamou a atenção, falando ainda, das ações que ocorreram no dia anterior, com o título “Prefeito pede cuidado com praças e parques públicos”. Nesta notícia, além de trazer a programação e as ações promovidas pela prefeitura, de plantio simbólico de árvores nos estabelecimentos públicos escolares (municipais e estaduais), palestras, inauguração, também acrescentou o discurso do prefeito frente aos cuidados que a população deveria ter com os locais públicos. Porém, o que se menciona é que a população, junto com a administração, mantenha a manutenção das praças, o que podemos entender que se incluem as árvores que foram plantadas (Diário da Manhã, 1983, p. 6).

Outra ação promovida por instituições civis em parceria com a prefeitura, divulgada em 28 de setembro de 1983, e pertencente aos festejos do dia da árvore, comemorado naquele ano, na cidade de Chapecó, foi o anúncio da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), hoje extinta, sucedida pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), de que aumentaria a produção de mudas, não mencionando quais seriam, mas que seu destino seria a distribuição das mesmas (Diário da Manhã, 1983, p. 1).

Uma das medidas tomadas no decorrer da administração municipal 1977/1983, é também a criação do Parque Palmital, que permaneceu abandonado por alguns anos, sendo realizada uma reforma completa no parque, no ano de 1990, conforme notícia de 26 de abril de 1990, publicada no Diário da Manhã, sob o título de “Reforma completa no Parque Palmital” (Diário da Manhã, 1990, p. 12).

Essa reportagem não menciona o plantio ou replantio de árvores ou arborização, somente as obras de infraestrutura destinadas ao lazer e as caminhadas, como melhoria nas calçadas, reforma nas quadras, instalações de iluminação, cerca de tela e trilhas.

Nesse mesmo ano de 1990, a prefeitura lança um concurso buscando parceria com a iniciativa privada para a manutenção das praças, parques e logradouros da cidade de Chapecó. Inclusive, é sancionada pelo prefeito municipal a lei nº 3.103, que autoriza conceder por doação a administração de locais públicos, conforme seu artigo primeiro:

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, sob a forma de adoção, a administração de praças, parques, jardins e canteiros, às empresas privadas estabelecidas, entidades e órgão da administração direta e indireta, para fins de manutenção, conservação e melhoria dos equipamentos de lazer e cultura (Prefeitura de Chapecó)⁶.

A política da administração municipal foi noticiada no jornal Diário da Manhã, no dia 25 de maio de 1990, com o seguinte título: "Chapecó vai estabelecer o programa "adote uma praça", referindo a essa parceria que a prefeitura pretendia fazer utilizando a legislação recém sancionada (Diário da Manhã, 1990, p. 3).

Essa iniciativa da administração municipal referente aos parques e praças da cidade, previam cooptar empresas dispostas a investir na manutenção e conservação dos espaços públicos, para garantir o lazer e a cultura, no entanto, não estava previsto o plantio de árvores.

A reportagem complementa que a prefeitura atingiu dois objetivos: "assegurar a preservação do patrimônio público, mediante um acompanhamento constante e particular a cada bem público e reduzir os gastos do erário público com a manutenção de praças, parques e logradouros, etc."

⁶ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/c/chapeco/leiordinaria/1990310/3103/lei-ordinaria-n-31031990autorizaconcederpordoacao-administracao-de-locais-indicados-e-daoutrasprovidencias?r=p> . Acesso em 24 jan 2023

A intenção da administração municipal era incluir a iniciativa privada através da inclusão de empresários da cidade na conservação dos parques e praças, o que demonstra o interesse da prefeitura em manter ou conservar esses locais numa parceria pública privada, e por outro lado, oportunizar a participação dos empresários da cidade, que também teriam benefícios.

Em contrapartida, as empresas que recebessem a concessão teriam o direito à exploração visual publicitária, e manteriam uma boa imagem institucional (Diário da Manhã, 1990, p. 3).

O que foi bem visto pelos empresários locais ligados a ACIC (Associação Comercial Industrial de Chapecó) em reportagem publicada no jornal Diário da Manhã, de 1 de junho de 1990, com o título de "Programa Adote uma praça tem apoio dos empresários" (Diário da Manhã, 1990, p. 11). Segundo a reportagem, o grupo de empresários acredita que o setor responderá às expectativas da prefeitura por se tratar de um interesse comunitário e se refletirá na melhoria da paisagem urbana da cidade.

Porém o que observamos foi que o programa da prefeitura municipal de Chapecó não teve o alcance desejado já que no ano seguinte, em 1991, foi publicada uma reportagem com o título "Prefeitura embeleza e reforma praças públicas", publicada no dia 20 e 21 de Julho de 1991, passados um ano da abertura do programa "adote uma praça" da administração municipal (Diário da Manhã, 1991, p. 6). E o serviço foi retomado pela administração.

A reportagem apresenta três praças que foram reformadas com iniciativa da secretaria da indústria e comércio de Chapecó e da secretaria de serviços urbanos, dentro do plano de arborização e ajardinamento da cidade de Chapecó.

Dentre as medidas efetivas de plantio de árvores adotada pelo município através do setor de arborização e ajardinamento da secretaria de serviços urbanos e meio ambiente de Chapecó, no ano de 1991, foi o plantio de 220 árvores no complexo esportivo "Verdão" (mencionado anteriormente como parque esportivo Índio Condá), conforme reportagem do diário da manhã de 14 de janeiro de 1991. (Diário da Manhã, 1991, p. 12)

Essa medida de plantio de árvores não foi somente adotada nos parques, mas também nas praças e ruas da cidade de Chapecó, através do plano de arborização.

De acordo com as fontes, ficou clara a preocupação das administrações municipais na criação e manutenção das praças e parques públicos, sobretudo na questão estrutural. Porém, o meio ambiente ficou em segundo plano. As fontes mostraram o uso de árvores, em sua maioria exóticas e que se provaram inadequadas, ou não se adaptaram ao clima local.

Outra política adotada no município de Chapecó, a partir da lei nº 2656, de 03 de setembro de 1985, dispõe sobre a denominação de vias, logradouros, monumentos públicos e cursos d'água do município de Chapecó. Conforme essa lei, as ruas que adotaram nomes de árvores nativas foram: Ipê, Araucárias, Pinheiros, Acácias, Palmeiras, Arabutã, Cedro e Timbó. Essas ruas representam um número pequeno, dada a existência de 769 logradouros na época, apenas 8 tinham nome de árvores nativas da região.

Como podemos observar, algumas das políticas para os parques deram certo e outras não, e no próximo sub capítulo veremos como foi o planejamento de plantio de árvores nas ruas e locais públicos da cidade de Chapecó, a partir do Plano de Arborização de Chapecó.

3.3. Plano de arborização da cidade de Chapecó:

Conforme o que foi abordado no texto anterior, as administrações municipais começaram a se preocupar com a criação de parques e áreas verdes a partir do final da década de 1970. Entretanto, o plantio de árvores nos locais públicos da cidade de Chapecó tem seu princípio um pouco antes dessa data, como veremos no texto a seguir.

O processo de início da arborização da cidade de Chapecó começou no final da década de 1950 e foi marcado pela introdução de espécies exóticas, especialmente de Ligustro (*Ligustrum spp.*), espécie originária do Japão, Coreia, da China, Europa e Norte da África. Conforme o Plano de Arborização de Chapecó:

Relata-se que as primeiras mudas de ligustros foram plantadas na Avenida Getúlio Dornelles Vargas e foram trazidas de Farroupilha, Rio Grande do Sul, por Edmundo Soprana, na década de 1950. Na época, falava-se que as mudas teriam vindo da Itália, contudo não há registro oficial que confirme tal informação (Plano de Arborização Urbana de Chapecó, 2020, p. 11).

Não é possível confirmar e nem refutar a informação sobre a importação das espécies arbóreas, porém de fato as árvores foram plantadas na área central da avenida Getúlio Vargas, avenida principal do centro da cidade de Chapecó, como podemos observar na imagem da figura 20.

Figura 20: Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas em Chapecó-SC na década de 1950.



Fonte: Acervo online CEOM/UNOCHAPECO. Disponível em:

http://pegasus.unochapeco.edu.br/ceom/ceom/index/index.php?codseq_imagem=917&ficha=50
1. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

Na imagem acima é possível observar as árvores na Avenida Getúlio Vargas, onde ainda jovens, ocorreu poda drástica em forma de cálice. Com o passar do tempo, as administrações chegaram a “conclusão de que de que os ligustros não deveriam mais ser podados de forma drástica, e sim, deveriam passar por podas de condução” (Plano de Arborização Urbana de Chapecó, 2020, p. 15).

A cidade de Chapecó já foi conhecida como a “cidade das rosas”⁷, durante a década de 1980. Para isso, contava com inúmeros canteiros de rosas, na avenida e praças da área central da cidade. Havia também, viveiros de plantio e distribuição de rosas, e por anos ficou a cargo do senhor João, responsável por cuidar do embelezamento e arborização da cidade mais bela do Oeste de Santa Catarina, conforme matéria realizada pelo Diário da Manhã, e publicada na edição de 31 de agosto e 1 de setembro de 1991. Trata-se de uma história de vida de uma pessoa que dedicou a vida a cuidar da natureza.

Mas os planos de arborização coordenados pela prefeitura já apareciam bem antes. Ainda nos anos de 1986, já haviam planos de arborização para a cidade de Chapecó, como na notícia veiculada no mesmo jornal, na edição de 7 e 8 de junho de 1986, sob o título, “Começou a arborização no calçadão” (Rua Benjamin Constant). O serviço que começara naquele ano especificava como e quais seriam as espécies plantadas:

Serão arborizados cinquenta canteiros grandes e 14 pequenos, com árvores ornamentais, em forma de coquetéis que variam conforme o tamanho do canteiro e sua localização. Já foram plantadas 19 *Tibouchina sellowiana*, conhecidas quaresma e mais *Yucca aloifolia*, além de 18 espécies de flores, que farão parte da arborização do calçadão. Numa próxima etapa serão implantados os demais itens que constam do calçadão, fazendo com que se torne um dos mais belos do estado (Diário da Manhã, 1986, p. 2).

No caso da primeira planta, *Tibouchina sellowiana*, conhecida como quaresmeira, é uma planta típica brasileira de floresta ombrófila densa, e da Mata Atlântica. Já a segunda planta, a *Yucca aloifolia* é um arbusto, que pertence à família Agavaceae, nativo dos Estados Unidos, México, Bermudas e Caribe, portanto, trata-se de uma planta exótica. O que chama a atenção é que há uma mescla entre o plantio de árvores nativas e exóticas, já que essa segunda se destina a ser uma planta de jardim.

⁷ Na década de 80, as rosas faziam parte da decoração do município e estavam presentes nos canteiros das principais ruas da cidade – entre elas, a Avenida Getúlio Vargas. Com o tempo, outras flores passaram a compor a paisagem do município – como o ipê rosa, que agora enchem os olhos de quem passa pela principal avenida de Chapecó. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/categoria-geral/chapeco-103-anos-fatos-que-marcam-a-historia-do-municipio/> Acesso em 10 Abr 2023.

A notícia ainda informa que em paralelo a este serviço realizado no calçadão da cidade, em outra rua da cidade, Rua Fernando Machado, será procedido o plantio de grama, e “das conhecidas chuvas de ouro”. Essa planta a qual a reportagem menciona, chama-se *Cassia fistula*, que é uma árvore” pertencente à família Fabaceae, nativa da Índia, outra planta portanto exótica vinda de outra parte do planeta, nesse caso da Ásia.⁸

Conforme o Plano de Arborização de Chapecó, essa espécie (Chuvas de ouro) não foi utilizada por muito tempo, e que depois dos ligustros “as Chuvas-de-Ouro foram consideradas impróprias para arborização urbana devido à fragilidade de sua madeira, a suscetibilidade às pragas e a intolerância às podas, características que naturalmente contribuem para sua senescência” (Plano de Arborização Urbana de Chapecó, 2020, p. 15).

No ano de 1988, o jornal Diário da Manhã publica a notícia sob o título “Arborização da cidade”, referindo-se ao plantio e replantio de 8 mil mudas ornamentais em toda a malha viária. A matéria explica que a prefeitura, através da secretaria municipal de serviços urbanos, ampliou os trabalhos de arborização do ano de 1987. Apesar de não mencionar de quais espécies seriam as mudas, em outro espaço da matéria refere-se que a prefeitura doou mudas de plantas ornamentais e nativas para a população. O texto ainda conclui que as mudas foram plantadas e replantadas em todas as vias e avenidas do centro da cidade, canteiros centrais das vias que foram pavimentadas, praças, parques e escolas (Diário da Manhã, 1988, p. 1).

Em complementação a notícia acima, a matéria informa também outros serviços relacionados a secretaria municipal de serviços urbanos, como capina e varrição de ruas, dentre outros consertos nas ruas e avenidas da cidade. Mas, é importante ressaltar, que na medida que as ruas eram pavimentadas, também o serviço de plantio de árvores era parte integrante da obra a ser entregue pela prefeitura.

Para o ano de 1989, por ocasião da proximidade do dia da árvore, foi publicada notícia sob o título de “Começa a arborização e ajardinamento”, onde no início da matéria informa que a prefeitura iniciou o plano diretor de

⁸ Disponível em: <https://www.floresefolhagens.com.br/chuva-de-ouro-cassia-fistula/> Acesso em 18 jan 2023.

arborização e ajardinamento previsto no mesmo, o plantio de 20 mil árvores e 10 mil conjuntos florais, e que o objetivo era iniciar pelo centro da cidade e ampliar para as praças e parques do resto do município.

Nessa notícia destaca-se a importância da arborização como “melhoria das condições ambientais da cidade, proporcionando sombreamento, amenizando as oscilações térmicas, os ruídos, os ventos e o pó” (Diário da Manhã, 1989, p. 6).

Para comemorar o Dia da Árvore, em 21 de setembro de 1989, a prefeitura municipal de Chapecó realizou “o plantio de 300 mudas de essências nativas na Avenida Fernando Machado e distribuição de mudas para 40 escolas do município”, conforme notícia do jornal Diário da Manhã sob o título “Prefeitura comemora o dia da árvore” (Diário da Manhã, 1989, p. 7).

É possível observar que mesmo que no início da matéria o jornal tenha usado o termo “essências nativas”, no segundo parágrafo ao comentar sobre o plantio das árvores na avenida Fernando Machado, inclui as espécies de “extremosa”, “chuvas de ouro” e “azaleia”, indicando que toda a extensão da avenida seria rearborizada, em substituição de árvores lesionadas, porém essas são plantas são de origem asiáticas.

Para a distribuição nas 40 escolas da rede municipal, estadual e particular, a prefeitura aumentou o número de espécies, que incluía além das mencionadas no parágrafo anterior, Grevílea, Ipê, Aroeira, e Eucalipto. Destas espécies, somente Ipê e Aroeira tratam-se de espécies originárias do Brasil, sendo as espécies grevílea e eucalipto originárias da Oceania. Porém, essas espécies foram destinadas ao plantio nas escolas (Diário da Manhã, 1989, p. 7).

A matéria informa que para sintetizar como símbolo dessa campanha, o Prefeito Milton Sander e o Secretário dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente Alberto Rigoni, plantaram uma muda de ipê-amarelo na Praça Coronel Bertaso. Esta sim uma planta de origem brasileira, e “é uma palavra de origem tupi, que significa árvore cascuda, e é o nome popular usado para designar um grupo de

nove ou dez espécies de árvores com características semelhantes de flores brancas, amarelas, rosas, roxas ou lilás.”⁹

Na segunda parte da matéria, traz o subtítulo de “ação permanente”, onde traz as ações que a prefeitura desenvolvia com entidades do meio rural, e conta com a primeira ação permanente e a distribuição de árvores nativas, florais e frutíferas. Segundo a notícia, a prefeitura reuniria técnicos que atuavam na extensão rural das agroindústrias, das empresas rurais, da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), hoje extinta, sucedida pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) e outros organismos do Estado para definir um programa de proteção ecológica, e que como primeira ação, contaria com a distribuição de 200 mil mudas através dos técnicos.

Outra ação desenvolvida pela prefeitura em parceria com entidades do estado IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) na Floresta Nacional de Chapecó (FLONA) é o Horto Florestal de mudas da prefeitura de Chapecó, mencionado no início do capítulo. Segundo a matéria o local “tem 3.000 metros quadrados de extensão e capacidade máxima de produção de 1.000.000 de mudas anuais, dentre elas: erva mate, eucalipto, cedro, ipê roxo, aroeira piriquireta, acácia, manduirana, canafístula, acácia mimosa e grábia” (Diário da Manhã, 1989, p. 7).

Por fim, a matéria finaliza comentando que o horto florestal, localizado na Floresta Nacional de Chapecó – FLONA foi criado em 1988, em parceria com a prefeitura municipal, e que suas mudas são distribuídas pela secretaria municipal de Agricultura e Interior, pelos técnicos e extensionistas rurais para a população da agricultura, onde busca um equilíbrio ecológico e sustentação racional da propriedade rural.

É possível notar que todas as mudas produzidas pelo horto florestal municipal junto a Floresta nacional de Chapecó, em sua maioria tratam-se de

⁹ Disponível em <https://apremavi.org.br/ipe-amarelo-a-cor-dourada-do-brasil/> Acesso em 23 jan 2023.

mudas nativas brasileiras, exceto eucalipto, originário do continente Oceania, mas já inserido amplamente em campanhas de reflorestamento na década de 1970. Porém, essas mudas não eram destinadas ao plantio e replantio de árvores no centro urbano, em sua maioria seu destino final eram as propriedades rurais do município.

Uma das preocupações da prefeitura municipal de Chapecó, era com o vandalismo no patrimônio público das ruas da cidade. Em notícia publicada em 7 de novembro de 1989, sob o título “Destruição de árvores”, o vice-prefeito Dilso Cecchin, denunciou “que foi feito ajardinamento da avenida Nereu Ramos a partir da rua Aquiles Tomazelli até o Seminário, e agora as árvores que não foram arrancadas ‘estão todas quebradas’” (Diário da Manhã, 1989, p. 8).

Enquanto isso, na mesma reportagem, o prefeito lamentou a situação e comentou que o que não foi quebrado, foi roubado. Ao mesmo tempo, destaca que para a produção de mudas é necessário o emprego de mão de obra de agrônomos, portanto gerando custos para a prefeitura, bem como custos de produção dessas mudas, e finalizou dizendo que se continuar com essas atitudes, a prefeitura não irá mais arborizar as ruas e deixará, segundo suas palavras, apenas a grama.

É possível observar que nesse período, a prefeitura também tinha a preocupação com a manutenção das árvores existentes que mesmo por serem exóticas, demandavam tempo e dinheiro para sua produção e manutenção e que as pessoas da cidade depredaram não só as árvores, mas também as flores que estavam plantadas nas vias públicas do centro de Chapecó.

Para o ano de 1990, a prefeitura planejava plantar aproximadamente 20.000 e 30.000 florais, seguindo a execução do plano diretor de arborização e ajardinamento, conforme notícia publicada no jornal Diário da Manhã na edição de 9 e 10 de dezembro de 1989. A matéria também informa o saldo do que havia sido investido em plantio e replantio de árvores na área urbana da cidade, que foram 10.000 roseiras e 1.500 árvores repostas, ou seja plantadas. Segundo a notícia o plantio foi da seguinte forma,

As rosas foram plantadas no centro da cidade de Chapecó, na praça Coronel Bertaso, na Avenida Getúlio Vargas e no edifício sede da Administração Municipal, além dos principais cruzamentos. Foram

plantadas 1.500 árvores nas ruas Fernando Machado, Nereu Ramos, General Osório e Porto Alegre. Na Nereu Ramos, foram plantadas 800 touceiras de hortênsias, os canteiros centrais da rua Brusque, Bairro Bela Vista, receberam 200 paineiras. Essa via servirá como “ensaio” para o emprego da paineira na arborização de outras áreas urbanas (Diário da Manhã, 1989, p. 9).

De certa forma, o processo de arborização da área urbana de Chapecó estava em momento de testes, na medida que inseriu a paineira como planta, mesmo sendo natural do Brasil, não é uma espécie predominante da região Sul, ocorrendo na área mais próxima no norte do estado do Paraná.

Por fim, a notícia ainda menciona os trabalhos realizados de tutoramento (amparo com estacas) e poda que foram realizadas nas árvores já crescidas. O que chama a atenção dessa matéria, entretanto, é de onde saíam todas essas mudas de plantas que seriam usadas para a execução do plano de arborização da cidade. Conforme a reportagem,

Para sustentar o plano de arborização e ajardinamento, a equipe da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente chefiada pelo agrônomo Maíke Casagrande instalou 15.000 estacas de hortênsias, 10.000 estacas de azaléias, 1.000 estacas de extremosas, 1.000 estacas de ligustro, 2.000 mudas de chuvas de ouro, 2.000 estacas de camellia leandria, 1.500 estacas de hibiscus, 2.000 cavalos de roseiras, 2.500 enxertos e 8.000 estacas de roseiras no Horto Florestal Parque das Palmeiras (Diário da Manhã, 1989, p. 9).

Para além de todas essas mudas produzidas no Horto Florestal Parque das Palmeiras, a prefeitura ainda contava com a produção do Horto da Floresta Nacional de Chapecó (FLONA), mantido em convênio entre a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) e a prefeitura municipal, e que conforme a mesma notícia, estava prevista no Plano Diretor de Arborização como pré-condição indispensável para a plena execução das obras e serviços previstos, ou seja, os viveiros existentes tinham fundamental importância para a arborização da área urbana de Chapecó.

A matéria do jornal ainda publicou uma imagem (figura 21), ilustrando a maneira como era executado o trabalho de conservação das árvores, bem como, onde eram plantadas as árvores que foram citadas acima.

Figura 21: Vista de funcionário realizando a conservação (poda) em árvores localizadas no canteiro central de rua na cidade de Chapecó



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1989, p. 9.

Na imagem fica difícil definir qual espécie arbórea que a fotografia está mostrando, e não há legenda na reportagem. Nesse caso, esta imagem compõe a matéria muito mais para ilustrar o trabalho, a poda, do que para identificar algum espécie. Não é possível também atribuir o nome a rua, pois na reportagem não fica claro a qual rua foi realizado o trabalho de conservação, mas sim que foi feito em várias ruas que foram citadas anteriormente.

O horto florestal mantido pela prefeitura junto a Floresta Nacional faz parte do plano diretor de arborização e ajardinamento que foi criado em 1989.

No ano de 1991, torna-se fundamental a recompor a cobertura florestal do município, conforme notícia publicada no jornal Diário da Manhã, com o título “Mudas recompõe cobertura florestal” (Diário da Manhã, 1991, p. 3).

A reportagem apresenta novamente dados sobre a produção do horto florestal da prefeitura municipal e destaca o uso das mudas para distribuição para agricultores, agroindústrias e também para uso no programa de plantio das áreas urbanas, como praças, parques e logradouros públicos.

Por fim, ao finalizar esse texto, voltamos a falar sobre o Jardineiro João Trevisan, que por 14 anos (desde 1977) cuidou das flores e da arborização da cidade de Chapecó. A reportagem contando sua trajetória de vida, foi publicada no Jornal Diário da Manhã de 31 de agosto e 1 de setembro de 1991.

Conforme a reportagem, o Jardineiro João Trevisan supervisionou o plantio de cerca de 80% das árvores e arbustos que estavam plantados até o ano de 1991, e teve sua vida dedicada a natureza. Seu trabalho no ajardinamento das flores nos canteiros centrais, ajudaram a cidade de Chapecó a levar o codinome que, além da “capital do oeste”, também ficou conhecida como “cidade das rosas”, pela quantidade de plantas que estava nas ruas da cidade, que a partir da criação do Horto Florestal Parque das Palmeiras, naquele período, se tornou o principal fornecedor das rosas para o ajardinamento.

Para finalizar, o sonho do jardineiro era que a cidade fosse cada vez mais bela. Sob a coordenação do Senhor João naquele período, a prefeitura municipal estava idealizando e embelezando a cidade em preparativos para o Jogos Abertos de Santa Catarina. Para isso, estava plantando rosas e flores não somente nas ruas e praça central da cidade, mas nos ginásios de esportes e locais para onde ocorreriam os jogos, para que a “capital do Oeste” também ficasse conhecida como a “cidade das rosas”.

Foi possível perceber que o plano de arborização da cidade priorizou os logradouros, e utilizou árvores exóticas e da região provenientes do horto florestal da prefeitura municipal localizado na Floresta Nacional de Chapecó, e que além de árvores também plantou rosas e outras plantas arbustivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou as relações estabelecidas dos seres humanos e as florestas, os usos desses recursos naturais no período contemporâneo, durante a colonização da região de Chapecó e a exploração da madeira por madeireiras, colonos recém chegados, e por fim como foi o processo de restabelecimento das árvores na área urbana de Chapecó, frente a legislação que foi sendo estabelecida no decorrer dos anos de 1965 e 1992.

No decorrer do processo, foi possível observar que a exploração da madeira na região no decorrer do processo de colonização, foi demasiadamente exaustivo para as florestas nativas da região de Chapecó, com a extração de madeira sendo realizada por colonos e madeireiras, e posteriormente enviadas para exportação através do rio Uruguai.

Esse processo deixou a região pronta para a colonização com propriedades praticamente sem florestas nativas. Na medida que o processo colonizador ocupou a cidade de Chapecó, não se tinha uma ideia de conservar espaços públicos com árvores.

A pesquisa levou em consideração a legislação ambiental vigente da época e as notícias publicadas no período para analisar as medidas tomadas pela administração municipal de Chapecó, para oferecer aos munícipes espaços públicos com árvores, nas políticas públicas de plantio de árvores.

Foi possível observar que no município o uso de espaços criados por determinações federais, como a unidade de conservação Floresta Nacional de Chapecó - Flona, que a partir do ano de 1988 foi usado como horto florestal da prefeitura municipal para a produção de mudas deu suporte a programas de reflorestamento, ajardinamento e arborização da cidade de Chapecó.

Esse viveiro era uma parceria entre IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que cedeu a área de terra, a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) e a Prefeitura Municipal, e funcionou com grande capacidade de produção de mudas, nativas e exóticas, sobretudo as exóticas, que foram utilizadas para a arborização das praças, parques e logradouros da cidade de

Chapecó, bem como, usada para a comercialização, principalmente no caso da Erva-mate e Eucalipto.

A pesquisa apresentou a criação dos primeiros espaços urbanos com massa florestal. Os parques que surgiram a partir da década de 1970, e até o final do recorte temporal pensado para a pesquisa, 1992, foram apenas três: Parque das Palmeiras, Parque Ângelo Sartori e Parque Índio Condá. Esses espaços se tornaram de uso público para o lazer e bem estar social, além de oferecer um espaço arborizado no centro urbano da cidade.

É importante ressaltar que os parques já eram massas de árvores que existiam e que passaram a ser conservadas e utilizadas pela população. Destaco aqui o Parque das Palmeiras, que apresenta uma reserva de palmeiras de quase mil pés, e que se tornou um parque de visual único na cidade, e o parque Ângelo Sartori, conhecido como parque palmital, que apresenta trilhas e caminhos em meio aos indivíduos arbóreos nativos da região, o que possibilita outras gerações conhecerem as árvores que compõem a região de Chapecó.

Não foi possível perceber nessa pesquisa uma preocupação com a massa florestal desses parques, desde a criação e até a manutenção e plantio de novos indivíduos arbóreos, que somente em atos simbólicos de plantio de mudas alusivos ao dia da árvore, entraram outros eventos onde autoridades plantavam uma árvore como símbolo de conservação.

A pesquisa também mostrou o plano de arborização executado na cidade de Chapecó, nas praças, nos parques e nos logradouros públicos, e foi possível concluir que as plantas utilizadas para o plantio foram em sua maioria exóticas, que se adaptaram na região e que, naquele momento, segundo a administração municipal, tinham um valor paisagístico e estético para a cidade, o que se mostrou uma política de certa maneira equivocada, pois muitas das árvores plantadas se mostraram inadequadas, provocando acidentes com queda de galhos e desfolhamento excessivo.

Sobre as fontes, é importante ressaltar que durante a pesquisa nos periódicos, foi possível observar que as notícias referentes a arborização e o plantio de árvores, eram concentradas no mês de setembro, em referência ao dia da árvore. Algumas séries de reportagens chegaram a ter publicações

durante a semana inteira. Muitas dessas notícias eram publicadas no sábado e domingo, no total foram utilizadas aproximadamente 25 notícias de jornais.

Outro momento escolhido para as publicações é o mês de junho, mês de referência mundial com o dia 5 de junho como dia do meio ambiente. Essa data foi criada pela Organização das Nações Unidas, a partir do ano de 1974. Outra carência encontrada durante a pesquisa foi a pouca atenção dada pelos jornais da época para a criação dos parques e praças, poucas notícias sobre o assunto de criação desses espaços que serviram a comunidade não somente para uso de lazer, mas como um local onde poderiam contemplar o meio natural.

A cidade de Chapecó já foi reconhecida por sua floresta da Mata Atlântica, predominantemente de Araucárias, Cedros, Canjeranas, Grápias, Angicos e Louros. Se tornou uma cidade como outras que adotaram espécies exóticas para arborização de seus parques, suas praças e seus logradouros, após a derrubada da vegetação natural, especialmente as árvores de grande porte, para depois plantarmos ligustros, extremosas, chuvas-de-ouro.

Ao final da pesquisa, percebemos que as políticas voltadas para a criação e conservação de parques e a arborização da cidade de Chapecó começaram tardiamente, a partir do início da década de 1980, sobretudo destacadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, período em que a preocupação com o meio natural estava ligada com a saúde, o bem estar social e o lazer da comunidade chapecoense, que aumentava gradativamente.

Essas políticas públicas também foram equivocadas, sobretudo no uso de algumas plantas como a “Chuva de ouro”, que acabou deixando as ruas com excessos de resíduos produzidos durante a floração, além dos galhos quebrarem com os ventos, o que poderia causar acidentes. Outras árvores implantadas como o ligustro, por anos sofreram com a poda drástica, sendo posteriormente utilizada a poda de condução.

A maior parte dessas árvores começou a ser substituídas a partir do final da década de 1990, e introduzidas outras plantas. Ainda hoje algumas espécies como o eucalipto, presente em alguns parques, estão passando por substituição, agora sim, por árvores nativas da região.

Nesse sentido, a pesquisa foi fundamental para mostrar os equívocos e acertos em relação ao plantio de árvores na área urbana de Chapecó. Bem como, quando essas políticas começaram a ter um acesso efetivo pelas pessoas, ou seja, quando as pessoas puderam acessar esses locais e usufruir deles.

Podemos concluir que as políticas públicas de plantio, replantio da cidade de Chapecó, começaram efetivamente tarde, sobretudo a criação dos parques municipais, que foram idealizados e criados em uma única administração, e logo após houve um abandono desses lugares e também das políticas de conservação desses locais.

A pesquisa mostrou que a retomada aconteceu a partir do ano de ano 1988, com políticas de arborização para as ruas, parques e praças da cidade, com investimento público e privado para a conservação desses locais, a viabilização de mudas através do horto florestal municipal para serem utilizadas nas ruas e parques da cidade. Por isso, a pesquisa foi fundamental para mostrar como se deu esse processo de arborização da cidade, e dá uma ideia de como se deu o plantio e replantio de árvores.

Para finalizar, ainda é necessário realizar outras pesquisas e estudos sobre as políticas públicas adotadas pelas administrações municipais e para observar a evolução do processo de arborização na cidade, a criação de outros parques urbanos, e o que mudou em relação a substituição das plantas exóticas para outras que são nativas da região. Sabendo que hoje há uma carência muito grande dentro da comunidade chapecoense em conhecer e utilizar seus espaços públicos arborizados, e ainda há alguns espaços notadamente sem uso pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Ab'Sáber, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4. ed. 2003.

BELLANI, Eli Maria. **Balsas e balseiros do rio Uruguai (1930-1950)**. In: CEOM. Para uma História catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 111-140.

BELLANI, Eli Maria. **Balsas e balseiros do rio Uruguai (1930-1950)**. In: CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. Chapecó: UNOESC, 2005. p. 73-97.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917/1950)**. Florianópolis: UFSC, 1991.

BENJAMIN, Antônio Herman V. **Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro**. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, v. 4, n. 14, p. 48-82, abril/junho de 1999.

CARBONERA, Miran, ONGHERO, André Luiz, RENK, Arlene, SALINI, Ademir (ORGs). **Chapecó 100 anos: história plurais**. 2 ed. Chapecó, SC: 2018.

CEOM. **A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras, editado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2005.

CARVALHO. Ely Bergo de. **O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso**. In.: Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Florianópolis: UFSC, 2010. (Tese de Doutorado em História)

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Arthur. F. **O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista**. Villas Boas & Cia, Rio de Janeiro, 1929.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In: Estudos Históricos, v. 4, n.8, 1991.

- FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. **Alberto Sampaio – Um botânico brasileiro e seu programa de proteção à natureza**. In: *Varia História*. Vol. 21, nº 33, Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. **A primeira conferência Brasileira de Proteção à natureza e a questão da identidade nacional**. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- FRANCO, José Luiz de Andrade, SHITTINI, Gilberto Menezes, BRAZ, Vivian da Silva. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: Panorama geral**. In.: *Revista Historiae*. Rio Grande: 2015. P. 233-270.
- GEHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva Mate**. Florianópolis: UFSC, 2013. (Tese de Doutorado em História)
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HAMMERL, Priscyla Christine. **Política ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão-SP**. In.: *Anais XXVII Congresso Nacional de História*. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina - a Terra, o Homem, a Economia**. São Paulo: Of. Graf. Revista dos Tribunais, 1968.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. **Vegetação**. In: IBGE. *Geografia do Brasil: Região Sul*. Rio de Janeiro: IBGE – Diretoria de Geociências, 1990. p. 113-150. (vol. 2).
- LUCA, Tania Regina de. **Notas sobre os historiadores e suas fontes**. *Métis: História & Cultura*, v. 11, p. 13-21, 2012.
- LUZ, Aujor Ávila da. **Os Fanáticos – Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1952.
- MAIA, Claudio Machado, SILVA, Gabriela Borges da, ALMEIDA, Julio Henrique Danielli de. **Os parques urbanos e sua função social, subsídios para elaboração de políticas públicas**. In.: *Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais*. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019
- MALAN, Alfredo. **O Passo de Goio-En**. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina*. Volume VII. 1918. 3º Trimestre. Florianópolis: Typ. da Escola de Aprendizes Artífices, 1918.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parque urbano, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão.** Universidade de Brasília, 2013 (Dissertação)

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990).** Florianópolis, SC 2010. 281 p. (Dissertação)

MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (Acca Sellowiana) do século XIX ao século XX.** Florianópolis: UFSC, 2014.

ONGHERO, André Luiz, FRANCESCHI, Lucas Antonio Franceschi. **Rio Uruguai, usos e recursos: memórias de moradores do Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.** In: Cadernos do CEOM. Ano 21. No 29. Bens culturais e ambientais. Chapecó, SC. 2009. 107-132.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental.** In: Estudos Avançados, vol. 24, n. 68, São Paulo, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Prefeitura Municipal de Chapecó. **Plano de desenvolvimento rural.** Prefeitura Municipal de Chapecó, 2015.

Prefeitura Municipal de Chapecó. **Plano de Arborização Urbana de Chapecó.** Prefeitura Municipal de Chapecó, 2020.

RADIN, José Carlos, CORAZZA, Gentil. **Colonização.** In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 35-40.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Michely. **Um Histórico da Criação da Flona: A Floresta Nacional de Chapecó (1960-1988).** Chapecó: UFFS, 2022. (TCC).

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Caminhos do Sul.** In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional. Porto Alegre: EST, 1995, p. 26-31.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza.** Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992.

SASSI, Guido Wilmar. **São Miguel.** Rio de Janeiro: Antares; Brasília: INL, 1979.

THOMÉ, Nilson. **Breve história da Guerra do Contestado**. Caçador: UnC, 2005.

VALENTINI, Delmir J.; MURARO, Valmir Francisco. **Os Balseiros do Rio Uruguai**. In: Octavas Jornadas de Investigadores en Economías Regionales. "Desigualdades sociales y regionales : políticas más allá de las fronteras. - 1a ed. - Posadas: EdUNAM - Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2014.

VALENTINI, Delmir José (org.). **Revelando o Contestado: as fotografias na história do centenário da Guerra**. Chapecó SC, Argos, 2015.

VALENTINI, Delmir José. **Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense**. In: *Ágora*. Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999.

VICENZI, Renilda. **Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850**. 232 p. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2015.

WENTZ, Liliane Irmã Mattje. **A questão do desmatamento: as florestas no Rio Grande do Sul**. In: Anais do II Congresso Sul-americano de História. Passo Fundo: UPF: IPGH, 2005.

WOLOSZYN, Noeli. **"Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense"**. In: Anais do VI Congresso Internacional de Educação. Concórdia: UnC, 2007.

WOLOSZYN, Noeli. **Trabalhadores do Rio: os balseiros do Rio Uruguai 1930 - 1960**. Passo Fundo: UPF, 2006. (Dissertação de mestrado)

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. in: *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

ZAMBIASI, José Luiz. **Lembranças de velhos**. Chapecó: Argos: 2000.

FONTES CONSULTADAS

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 30 mar 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 mar 2023.

BRASIL. **Decreto Federal (1934)**. Decreto Federal nº. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Decreta o Código Florestal. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm. Acesso em 30 mar 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal (1967)**. Decreto-Lei Nº 289, de 28 De Fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0289.htm. Acesso em 15 jan 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal (1970)**. Decreto-Lei nº 1.134, 16 de novembro de 1970. Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. DF: Presidência da República, 1970. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1134.htm. Acesso em 18 jan 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal (1974)**. Decreto-Lei nº 1.338, 23 de julho de 1974. Dispõe sobre incentivos fiscais a investimentos realizados por pessoas físicas, aplica novo tratamento fiscal aos rendimentos de investimentos e dá outras providências. DF: Presidência da República, 1974. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1338-74.htm. Acesso em 20 jan 2022.

BRASIL. **Lei Federal (1965)**. Lei nº 4.771, 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. DF: Presidência da República, 1965. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm. Acesso em 20 jan 2022.

BRASIL. **Lei Federal (1966)**. Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. DF: Presidência da República, 1965. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5106-2-setembro-1966-368482-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 23 jan 2022.

BRASIL. **Lei Federal (1989)**. Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm. Acesso em 17 jan 2022.

BRASIL. **Lei Federal (2000)**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. . DF: Presidência da República, 2000. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 20 jan 2023.

BRASIL. **Lei Federal (2006)**. Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. . DF: Presidência da República, 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em 22 jan 2022.

CHAPECO. **Lei municipal (1985)**. Lei nº 2656, de 03 de setembro de 1985. Dispõe sobre a denominação de vias, logradouros, monumentos públicos e cursos d'água do município de Chapecó, e dá outras providências. Chapecó: Gabinete do prefeito, 1985. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1985/266/2656/lei->

ordinaria-n-2656-1985-dispoe-sobre-a-denominacao-de-vias-logradouros-monumentos-publicos-e-cursos-d-agua-do-municipio-de-chapeco-e-da-outras-providencias. Acesso em 15 jan 2023.

CHAPECO. **Lei municipal (1990)**. Lei Nº 3103 de 30 de Abril de 1990. Autoriza conceder, por doação, a administração de locais indicados e dá outras providências. Chapecó: Gabinete do Prefeito. 1990. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1990/311/3103/lei-ordinaria-n-3103-1990-autoriza-conceder-por-doacao-a-administracao-de-locais-indicados-e-da-outras-providencias-1990-06-29-versao-consolidada>. Acesso em 23 jan 2023.

IBAMA. **Ministério do Meio Ambiente (1968)**. Portaria IBDF nº 560, de 25 de outubro de 1968. Disponível em <http://www.florestanacional.com.br/1968Portaria561.pdf>. Acesso em 29 jan 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto de Lei Nº 132**. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, 1938. Disponível em <https://archive.org/details/relatfaz1938stacat>. Acesso em 22 jan 2022.

SANTA CATARINA. **Decreto Estadual (1991)**. Decreto nº 8.482, 12 de Dezembro de 1991. Decreta a criação do município de Guatambu. Florianópolis, 1991. Disponível em https://guatambu.sc.gov.br/uploads/sites/422/2021/12/2269305_LEI_N_8482_d_e_12_de_dezembro_de_1991_Cria_Municipio_de_Guatambu.pdf. Acesso em 15 jan 2022.

SÃO PAULO. **Decreto-Lei Estadual (1970)**. Decreto-Lei Nº. 52.370 de 26 de janeiro de 1970. Criação do Instituto Florestal. SP: Palácio dos Bandeirantes, 1970. Disponível em <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223618/decreto-52370-70>. Acesso em 15 jan 2022.

PERIÓDICOS

15000 LÍRIOS EMBELEZAM CHAPECÓ. Jornal *Diário da Manhã*. Ano XII. Nº 75. 14 de janeiro de 1991. p. 12.

ACARESC VAI AUMENTAR NUMERO DE MUDAS. Jornal *Diário da Manhã*. Ano IV. Nº 250. 28 de setembro de 1983. p. 1.

ARBORIZAÇÃO DA CIDADE. Jornal *Diário da Manhã*. Ano IX. Nº 61. 12 de Janeiro de 1988. p. 1.

AS ARVORES DA CIDADE TEM UM PEDIDO A FAZER. PAGUE SEUS IMPOSTOS EM DIA. Jornal *Diário da Manhã*, Ano I. Nº 128. 10 de Abril de 1980.

AS ARVORES DA CIDADE TEM UM PEDIDO A FAZER. PAGUE SEUS IMPOSTOS EM DIA. Jornal *Diário da Manhã*. Ano III. Nº 71. 22 de janeiro de 1982. p. 3.

CHAPECÓ GANHA PARQUE MUNICIPAL ÍNDIO CONDÁ. Jornal *Diário da Manhã*. Ano I. Nº 86. 7 de fevereiro de 1980. p. 7.

CHAPECÓ VAI ESTABELEECER O PROGRAMA “ADOTE UMA PRAÇA”. Jornal *Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 154. 25 de maio de 1990. p. 3.

COMEÇARAM A ARBORIZAÇÃO E AJARDINAMENTO. Jornal *Diário da Manhã*. Ano X. Nº 233. 16 e 17 de Setembro de 1989. p. 6.

COMEÇOU A ARBORIZAÇÃO NO CALÇADÃO. Jornal *Diário da Manhã*. Ano VII. Nº 165. 7 e 8 de junho de 1986. p. 2.

DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE RURAL. Jornal *Oestão*. 1979. Edição 47, Suplemento. p. 11 e 12.

DESTRUIÇÃO DE ÁRVORES. Jornal *Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 19. 7 de Novembro de 1989. P. 8.

ÍNDIO CONDÁ: NOVAS NARRATIVAS. Jornal *Diário Catarinense*, 16 e 17 de dezembro de 2016. Disponível em

https://www.academia.edu/34486130/%C3%8Dndio_Cond%C3%A1_novas_narrativas. Acesso em 15 jan 2023.

MUDAS RECOMPÕE COBERTURA FLORESTAL. *Jornal Diário da Manhã*. Ano XII. Nº 69. 4 janeiro de 1991. p. 3.

NOSSAS MATAS. *Jornal Oestão*. 1979. Edição 47. Suplemento. p. 9.

PARQUE DAS PALMEIRAS EM COMPLETO ABANDONO. *Jornal Diário da Manhã*. Ano IV. Nº 61. 09 de janeiro de 1983. p. 8.

PRAÇA SÃO CRISTOVÃO TOTALMENTE ARBORIZADA. *Jornal Diário da Manhã*. Ano IV. Nº 245. 21 de setembro de 1983. p. 1.

PREFEITO PEDE CUIDADO COM PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS. *Jornal Diário da Manhã*. Ano IV. Nº 246. 22 de setembro de 1983. p. 6.

PREFEITURA COMEMORA O DIA DA ÁRVORE. *Jornal Diário da Manhã*. Ano X. Nº 236. 21 de Setembro de 1989, p. 7.

PREFEITURA DISTRIBUIRÁ 500 MIL MUDAS DE ÁRVORES ESTE ANO. *Jornal Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 136. 28 e 29 de abril de 1990. p. 1.

PREFEITURA RESTAURA ARBORIZAÇÃO. *Jornal Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 42. 9 e 10 de Dezembro de 1989. p. 9.

PROGRAMA ADOTE UMA PRAÇA TEM APOIO DOS EMPRESÁRIOS. *Jornal Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 159. 1 de junho de 1990. p. 11.

REFORMA COMPLETA NO PARQUE PALMITAL. *Jornal Diário da Manhã*. Ano XI. Nº 134. 26 de setembro de 1990. p. 12.

SANTA ÚRSULA: NÃO HÁ COTA MÍNIMA NAS APLICAÇÕES EM REFLORESTAMENTO. *Jornal Folha do Oeste*. 1971. Ano VI. p. 134.

VAMOS DESENVOLVER À TERRA O VERDE DAS FLORESTAS. *Jornal Folha do oeste*. 1972. Ano VII. edição Nº 259. p. 13, 20 e 29.